

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E  
EDUCAÇÃO

**LEIDIANE CRISTINA CAMPOS**

**LIVRO-REPORTAGEM “FRONTEIRAS DESFEITAS”:  
IMPASSES E DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE REFUGIADOS  
SÍRIOS DIANTE DA MEMÓRIA DO VIVIDO E DA REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA**

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS  
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E  
EDUCAÇÃO

**LEIDIANE CRISTINA CAMPOS**

**LIVRO-REPORTAGEM “FRONTEIRAS DESFEITAS”:  
IMPASSES E DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE REFUGIADOS  
SÍRIOS DIANTE DA MEMÓRIA DO VIVIDO E DA REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA**

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Área de concentração: Tecnologias e Interfaces da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Gerson de Sousa

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS  
2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C198 Campos, Leidiane Cristina, 1994-  
2019 Livro-reportagem "Fronteiras desfeitas" [recurso eletrônico] :  
impasses e dilemas na construção da identidade de refugiados  
sírios diante da memória do vivido e da representação midiática /  
Leidiane Cristina Campos. - 2019.

Orientador: Gerson de Sousa.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2188>  
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Sousa, Gerson de, 1971-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em  
Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.

CDU: 37

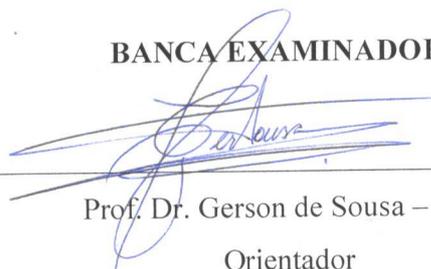
Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**LEIDIANE CRISTINA CAMPOS**

**LIVRO-REPORTAGEM “FRONTEIRAS DESFEITAS”:  
IMPASSES E DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE REFUGIADOS  
SÍRIOS DIANTE DA MEMÓRIA DO VIVIDO E DA REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA**

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação.

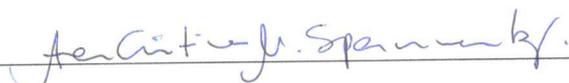
**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Gerson de Sousa – UFU

Orientador



---

Prof.ª Dr.ª Ana Cristina Menegotto Spanenberg – UFU

Examinadora

Participação por webconferência \_\_\_\_\_

Prof.ª Dr.ª Marta Regina Maia – UFOP

Examinadora

Uberlândia, 05 de julho de 2019

## AGRADECIMENTOS

Ao bondoso Deus, por sua infinita misericórdia e pelas graças que me concede diariamente.

Ao meu amado Jesus, pelo abraço afetuoso, pelo amor incomparável e pelo seu santo sacrifício que me garantiu vida nova.

Ao meu Defensor, Espírito Santo, por guiar-me em todos os meus atos, por consolar-me e por preencher-me com seus dons.

À minha querida mãe, Nossa Senhora, por acolher-me em seu colo, por cobrir-me com seu sagrado manto e por interceder por mim junto ao Pai.

Ao meu precioso Anjo da Guarda, por guardar-me, governar-me e iluminar-me em todos os segundos dos meus dias.

À Khaled, Hassan e Muntasir, por confiarem suas memórias, saudades e sonhos a mim e aos que lerão suas histórias.

Aos meus amados pais, Lucimar e Terezinha, irmãos, Lili e Luizinho, e ao Vinicius, pelo amor, orações, paciência e consolo que me garantiram força e ânimo para continuar.

Aos meus companheiros fiéis, Belinha e Pretinho, pelas brincadeiras e pelo afago diário.

Aos queridos amigos, em especial à Giovana, pelos conselhos e sorrisos que trouxeram mais leveza e alegria à minha trajetória.

Ao meu orientador, Gerson, por toda dedicação, paciência e gentileza, além do conhecimento compartilhado comigo durante essa caminhada. Seu generoso auxílio fez-me prosseguir.

Aos membros da banca, Ana Spannenberg e Marta Maia, por suas valiosas contribuições.

À Universidade Federal de Uberlândia, por proporcionar os recursos materiais e imateriais necessários para que esse estudo pudesse ser efetivado.

*“Os homens saem para fazer passeios  
a fim de admirar o alto dos montes,  
o ruído incessante dos mares,  
o belo e ininterrupto curso dos rios,  
os majestosos movimentos dos astros.  
E, no entanto, passam ao largo de si mesmos.  
Não se arriscam na aventura de um passeio interior”.*

*Durante os anos de minha juventude,  
pus meu coração em coisas exteriores que só faziam  
me afastar cada vez mais d’Aquele  
a Quem meu coração, sem saber, desejava...  
Eis que estavas dentro e eu fora! [...]  
Brilhaste, resplandeceste, e a Tua Luz  
afugentou minha cegueira.*

*(Santo Agostinho)*

CAMPOS, Leidiane Cristina. **Livro-reportagem “Fronteiras desfeitas”**: impasses e dilemas na construção da identidade de refugiados sírios diante da memória do vivido e da representação midiática. 2019. 78f. Relatório técnico-científico de mestrado. (Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo responder à seguinte indagação: quais são os impasses na construção da identidade de refugiados sírios residentes em Uberlândia diante da memória do vivido e da representação midiática? A partir desse problema motor e propulsor da pesquisa, de modo prático, o intento do estudo, tendo como referência os dilemas na produção de sentido dos sujeitos refugiados, foi elaborar um livro-reportagem como alternativa às representações midiáticas que estereotipam o refúgio. Para a compreensão do problema apresentado, primeiramente foram colhidos dados a respeito do refúgio. Além disso, a pesquisa embasou-se teoricamente por meio das contribuições dos Estudos Culturais. Como resultado da pesquisa, foi produzido o livro-reportagem “Fronteiras Desfeitas”, de 140 páginas, em que estão retratadas as histórias e memórias de três refugiados sírios: Khaled, Hassan e Muntasir (nomes fictícios). Ao final do estudo, chegou-se à conclusão de que as narrativas sobre os sujeitos refugiados podem – e devem – ir além das representações genéricas. Por meio de suas singularidades e particularidades, os sujeitos entrevistados demonstraram que o “ser refugiado” pode ser vivido de diferentes maneiras.

**Palavras-chave:** Refugiados. Identidade. Perfis. Comunicação. Estudos Culturais.

CAMPOS, Leidiane Cristina. **Non-fiction book "Broken Borders"**: impasses and dilemmas in the construction of the identity of Syrian refugees before the memory of lived and the media representation. 2019. 78p. Technical-scientific master's report. (Postgraduate Program in Technologies, Communication and Education) - Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2019.

### **ABSTRACT**

This research aims to answer the following question: what are the difficulties on constructing of Syrian refugees' identity who live in Uberlândia in the memory of what they lived and the media representation? Based on this practical problem which is the motor of the research, this study attempt was to elaborate a non-fiction book as an alternative to the mediatic representations that stereotype the refuge, with reference to the dilemmas in the production of meaning of the refugee person. In order to understand the problem presented, refugee's data were first collected. In addition, the research was based theoretically through the contributions of Cultural Studies. As a result of the research, the 140-page book "Broken Borders" was produced, which portrays the stories and memoirs of three Syrian refugees: Khaled, Hassan, and Muntasir (fictitious names). It was concluded at the end of the study, that narratives about refugee subjects can, and should, go beyond generic representations. Through their singularities and particularities, the subjects interviewed showed that "being a refugee" can be lived in different ways.

**Keywords:** Refugees. Identity. Profiles. Communication. Cultural Studies.

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
1.1. PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS	10
1.2. PANORAMA DO REFÚGIO NO MUNDO	14
1.3. REFÚGIO NO BRASIL	15
1.4. REFUGIADOS, CULTURA E COMUNICAÇÃO	20
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>27</b>
2.1. ESTUDOS CULTURAIS, CULTURA E PRODUÇÃO DE SENTIDO DOS SUJEITOS	27
2.1.1. ANÁLISE CULTURAL	34
2.2. IDENTIDADE, COTIDIANO E MEMÓRIA	36
2.3. COMUNICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA PRODUÇÃO SOCIAL DE SENTIDO	43
<b>3. “FRONTEIRAS DESFEITAS”: O LIVRO-REPORTAGEM</b>	<b>53</b>
3.1. CAMINHOS PARA A PROFUNDIDADE DAS NARRATIVAS: ENTREVISTA, PERFIL E LIVRO-REPORTAGEM	53
3.2. RELATO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	61
3.3. EXEQUIBILIDADE E APLICABILIDADE DO PRODUTO	67
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE A – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM KHALED, HASSAN E MUNTASIR</b>	<b>78</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

“Refugiado: que ou aquele que se refugiou” (MICHAELIS, 2017). Em razão de perseguições relacionadas à nacionalidade, raça, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social, alguns sujeitos se veem obrigados a deixarem seus países de origem. A violação grave e generalizada dos direitos humanos também é outra causa que obriga milhares de pessoas a abandonarem seus lares, famílias e sonhos em busca de calma e paz em outras terras. Tais pessoas são denominadas refugiadas (ACNUR, 2019).

Conforme dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (LIMA, 2017, p. 15), “o refúgio enquanto instituto jurídico global nasceu na década de 1920, no seio da Liga das Nações”. Desse modo, esse fenômeno não é novo, mas uma problemática jurídica internacional que se arrasta por muitos anos em diversos países. Apesar de ser causa de muitas confusões, de acordo com o Direito Internacional, o refúgio não é sinônimo de migração. A migração se caracteriza pelo movimento voluntário de uma pessoa ou um determinado grupo de pessoas dentro do seu Estado ou por uma fronteira internacional (LIMA, 2017). O refúgio, por outro lado, possui uma diferença fundamental dos deslocamentos migratórios. Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a especificidade da terminologia do refúgio se dá em razão dos motivos que levam os sujeitos a saírem de suas terras de origem. Para os refugiados, a mudança de local para residir é mais uma questão de manter a segurança e salvaguardar a própria vida, do que uma decisão voluntária de mudar-se para outro lugar.

Alguns dos migrantes que saem do Haiti, por exemplo, mesmo tendo se retirado de seu país de origem em razão das condições precárias de vida, para buscarem melhores situações em outro país, não têm o status de refugiados. Isso ocorre porque, muitos deles, ao invés de receberem esse título, conquistam o visto de residência permanente, emitido pelo governo do país escolhido. Ademais, outra distinção importante é que um migrante deixa seu país voluntariamente, em busca, por exemplo, de uma vida melhor. Já para os refugiados as condições econômicas do país de destino são menos importantes do que a segurança pretendida por eles.

Nessa conjuntura, as diferenciações do status desses sujeitos acabam se constituindo como “divisoras de águas”, uma vez que os indivíduos que recebem o status de refugiados não possuem a proteção governamental do seu país de origem, ao contrário dos migrantes. Embora seus países possam estar vivenciando um momento de crise econômica ou um desastre natural, por exemplo, os migrantes ainda contam com o apoio governamental de

seus países, ainda que seja de uma forma precária, na prática. Por isso, retornar às suas terras é uma opção válida. Para os refugiados, por outro lado, seria “extremamente perigoso retornar a seus países de origem” e é por isso que há a necessidade de se refugiarem em outro lugar. E, por não poderem retornar às suas terras com segurança, esses sujeitos têm – porque necessitam crucialmente – direito a proteções pertencentes ao escopo do direito internacional (ACNUR, 2019).

Isso não quer dizer que os migrantes também não mereçam proteção. Muitos migrantes saem de seus países em busca do atendimento de suas necessidades e, por isso, é necessário que seus direitos humanos sejam protegidos e garantidos. É por essa razão que, conforme o ACNUR (2019), os migrantes são protegidos pela Lei Internacional dos Direitos Humanos, proteção essa que “deriva de sua dignidade fundamental enquanto seres humanos”, diferentemente da proteção dada aos refugiados, derivada da necessidade de segurança.

Apesar dessa separação entre migrantes e refugiados ser uma divisão necessária, não existe uma definição legal e uniforme para o termo “migrante” em nível internacional. Por isso, é comum encontrar a utilização generalista do termo, que tende a abarcar tanto migrantes, quanto refugiados. Essa generalização, por exemplo, pode ser encontrada em estatísticas globais, em que o termo “migração internacional” é utilizado para dar conta de movimentos de sujeitos advindos da migração e do refúgio. Nesse contexto, é importante destacar que a tendência de unificar duas realidades a um único termo pode gerar confusões difíceis de serem solucionadas e também causar sérias consequências na manutenção da segurança dos refugiados, pois, “a recusa de refúgio pode ter consequências potencialmente fatais” às suas vidas (ACNUR, 2019).

Desfocar os termos “refugiados” e “migrantes” tira atenção da proteção legal específica que os refugiados necessitam, como proteção contra o *refoulement*<sup>1</sup> e contra ser penalizado por cruzar fronteiras para buscar segurança sem autorização. Não há nada ilegal em procurar refúgio – pelo contrário, é um direito humano universal. Portanto, misturar os conceitos de “refugiados” e “migrantes” pode enfraquecer o apoio a refugiados e ao refúgio institucionalizado em um momento em que mais refugiados precisam de tal proteção (ACNUR, 2019).

---

<sup>1</sup> *Refoulement*: “no sistema de proteção internacional, está o princípio do *non-refoulement*, que significa que os refugiados não podem ser enviados de volta ao país em que suas vidas correm perigo” (LIMA, 2017, p. 32).

### **1.1. Proteção aos refugiados**

A proteção fornecida aos sujeitos imersos no contexto do refúgio foi instituída como preocupação internacional em meados da Segunda Guerra Mundial. Atenta às necessidades de diversos refugiados da Europa e com objetivo de resolver a situação, a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, desempenhou um importante papel na garantia dos direitos desses sujeitos. Entre os anos de 1947 a 1950, preocupou-se em formular um instrumento internacional de proteção dos refugiados. Em 1950, a organização instituiu o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o ACNUR. Por meio dessa iniciativa, a proteção internacional dos refugiados inaugurou uma nova etapa (LIMA, 2017).

O ACNUR foi criado por meio de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Embora tenha sido criado em 1950, suas atividades foram iniciadas somente a partir de janeiro de 1951. O papel do órgão era reassentar, em seu mandato inicial de três anos, os refugiados europeus que perderam suas casas após a Segunda Guerra. Meses após o início das atividades do ACNUR, foi realizada a Convenção de 1951, também por iniciativa da ONU. A Convenção foi realizada após a recomendação de uma Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em dezembro de 1950, que reforçava a importância da regulação da proteção aos refugiados (ACNUR, 2019; LIMA, 2017).

A Convenção de 1951 foi adotada formalmente em 28 de julho de 1951 e assinada por dozes países (Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Holanda, Iugoslávia, Liechtenstein, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido, Suécia e Suíça). Em seu documento, a Convenção estabeleceu alguns postulados que serviram de base para a atuação do ACNUR, como, por exemplo, a definição do que viria a ser um refugiado e o esclarecimento dos direitos e deveres desses sujeitos nos países que os acolhessem. Por meio da Convenção, foram consolidados diversos instrumentos legais internacionais específicos para os refugiados e estabelecidos “padrões básicos de tratamento de refugiados sem, no entanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento” (ACNUR, 2019).

Embora a Convenção de 1951 tenha sido “considerada como um dos instrumentos mais expressivos de proteção dos refugiados”, havia uma limitação temporal em sua definição de refugiado que restringia sua aplicação “aos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” (LIMA, 2017, p. 35). Ou seja, a aplicação do que foi definido pela Convenção só poderia se concretizar aos refugiados vítimas dos acontecimentos ocorridos na Europa, reflexos da Segunda Guerra. Tal limitação logo se tornou um impasse importante na proteção dos refugiados mundiais, visto que, “com o passar do tempo e com o surgimento de novas

perseguições no mundo, as reservas temporal e geográfica [previstas pela Convenção de 1951] passaram a ser percebidas como impeditivas de uma ampla proteção aos refugiados” (LIMA, 2017, p. 35).

Dado esse contexto, tornou-se extremamente relevante e urgente a tomada de providências que incluíssem os atuais e os futuros fluxos de refugiados sob a proteção dos instrumentos legais da Convenção. Sendo assim, foi proposto um Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, preparado e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1966. Em janeiro de 1967, o documento foi assinado, pelo Presidente da Assembleia Geral e pelo Secretário-Geral, e, posteriormente, transmitido aos governos. Em 04 de outubro do mesmo ano, o Protocolo entrou em vigor (ACNUR, 2019; LIMA, 2017). Em função do Protocolo, foram extintas a reserva temporal e geográfica que antes existiam, por isso, os países passaram a aplicar as provisões da Convenção de 1951 para todos os refugiados que se enquadrassem na definição do documento. Em suma, esses dois documentos se constituíram como os meios que asseguram que qualquer sujeito, se necessário, pode exercer seu direito de procurar e receber refúgio em outro país. Vale ressaltar que, embora o Protocolo de 1967 tenha sido resultado das definições da Convenção, esse instrumento era independente e, desse modo, sua ratificação não se restringia apenas aos estados que assinaram a Convenção de 1951. Conforme dados do ACNUR, “atualmente, quase 150 países são signatários da Convenção de 1951 e/ou do Protocolo de 1967” (ACNUR, 2019).

Retornando ao processo de proteção aos refugiados, a Convenção de 1951, como foi dito anteriormente, estabeleceu as bases para a atuação do ACNUR, órgão que desde 1951 foi incumbido de “promover instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados e supervisionar sua aplicação”. Por isso, ao ratificarem “a Convenção e/ou Protocolo, os Estados signatários aceitam cooperar com o ACNUR no desenvolvimento de suas funções e, em particular, a facilitar a função específica de supervisionar a aplicação das provisões desses instrumentos” (ACNUR, 2019).

Em linhas gerais, criado como órgão subsidiário da ONU, o ACNUR tem a proposta de ser uma

agência multilateral de ajuda aos refugiados, orientando-se pela solidariedade internacional e pelo reconhecimento de complementar os esforços dos países que acolhem esses migrantes forçados mediante a cooperação internacional, conduzindo ações internacionais para a proteção dos refugiados e a busca por soluções duradouras para seus problemas (LIMA, 2017, p. 33).

Deste modo, o ACNUR, como agência da ONU voltada para refugiados, tem o papel de trabalhar em prol da segurança de qualquer pessoa que esteja em solicitação de refúgio. Além disso, é dever do órgão garantir que esses sujeitos tenham direito de buscar e receber refúgio em outro território e, se desejarem, de voltarem para seus países de modo seguro. Assim, o papel do ACNUR é caracterizado pela “proteção jurídica, assistência material aos solicitantes de refúgio e aos refugiados, além de supervisionar o cumprimento da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1957” (LIMA, 2017, p. 33). Dentre os direitos protetivos que devem ser assegurados a esses sujeitos, destaca-se o de possuir um asilo seguro, sendo que tal segurança não se constitui apenas pela proteção física. Os refugiados devem também usufruir, minimamente, dos direitos fundamentais inerentes a todos os indivíduos e dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que outro estrangeiro que resida legalmente no país possua (LIMA, 2017).

Também cabe ao órgão propor soluções duradouras aos problemas dos refugiados. Quanto a tais propostas, o ACNUR postulou três soluções duradouras que podem garantir a proteção dos refugiados: integração local, repatriação e reassentamento. A integração local é a instalação definitiva do refugiado no país de acolhida. A repatriação, por sua vez, é o retorno ao país de origem, desde que seja uma ação voluntária. Já o reassentamento é a transferência do refugiado ao segundo país de refúgio que, por sua vez, oferece assentamento permanente a esse indivíduo. Para que essas três soluções se efetivem, cabe ainda ao ACNUR prestar assistência aos governos e, com suas autorizações, às organizações privadas (LIMA, 2017).

Ao contrário do que possa parecer, o ACNUR não é e nem pretende ser uma organização supranacional. O órgão entende que não pode substituir a proteção e segurança fornecida pelas autoridades nacionais. O que o ACNUR se propõe, na verdade, é garantir que os Estados “estejam conscientes de suas obrigações de conferir proteção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio, atuando em conformidade com esses compromissos” (ACNUR, 2019).

Embora sua atuação se proponha a uma tarefa grandiosa, surgiram embates na decisão de qual deveria ser a contrapartida financeira que manteria o ACNUR. Sobre esse assunto, Moreira e Rocha (2010 apud LIMA 2017, p. 33) salientam que enquanto os países da Europa ocidental defendiam “uma agência forte e independente”, os Estados Unidos “propunham um organismo temporário, de baixo custo e que não pudesse angariar fundos”. O resultado desse embate foi a definição de que a receita do ACNUR deveria provir apenas de “contribuições voluntárias de governos, organizações intergovernamentais, empresas e particulares, além do aporte da ONU, que representa 3% do seu orçamento” (LIMA, 2017, p.

33). Ou seja, o ACNUR se mantém através de contribuições voluntárias dos países, além das arrecadações adquiridas junto ao setor privado e aos doadores individuais. Atualmente, de acordo com o próprio Comissariado, a contribuição financeira dada por governos e pela União Europeia representa 87% de sua receita, enquanto 10% vem de doadores privados (ACNUR, 2018).

Conforme dados do próprio órgão, o orçamento anual da agência ultrapassa os 7,5 bilhões de dólares (ACNUR, 2018). Entretanto, apesar de os números parecerem altos, o financiamento do ACNUR é insuficiente para que o desempenho de suas funções e atribuições na proteção aos refugiados seja efetivado do modo em que foi idealizado. Além das dificuldades econômicas, o órgão também precisa lidar com a recusa dos países quanto ao aceite dos refugiados, pois ainda que a Convenção de 1951 estabeleça o princípio de *non-refoulement*, os Estados não são obrigados a receberem os refugiados. Sua obrigação, na verdade, está mais ligada à proteção e manutenção da segurança desses indivíduos e ocorre, portanto, somente após a decisão de acolhida. É por esse motivo que, de acordo com Lima (2017), a proteção internacional dos solicitantes de refúgio é muito mais uma responsabilidade nacional, aliada à solidariedade internacional, do que uma obrigação dos países.

Apesar dos desafios enfrentados desde a sua criação até os dias atuais, devido ao seu importante trabalho humanitário, o ACNUR recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz: em 1954 e, depois, em 1981. Além disso, o órgão já prestou auxílio a dezenas de milhões de indivíduos que precisaram recomeçar suas vidas em virtude da necessidade de se refugiarem. Hoje, conforme dados do próprio Comissariado, por meio de parcerias com organizações não governamentais, o ACNUR presta assistência e proteção a mais de 67 milhões de homens, mulheres e crianças. Em razão dessa ampla atuação, a quantidade de pessoas envolvidas com as ações promovidas pelo órgão também é extensa. Atualmente, são quase 12 mil funcionários trabalhando em mais de 460 escritórios, espalhados em 128 países – que vão desde grandes capitais, até localidades remotas e, por vezes, perigosas (ACNUR, 2019).

Cerca de 7% dos funcionários trabalham em nossa sede em Genebra, Suíça. Juntamente com os Centros de Serviços Globais em Budapeste, Copenhague e Amã, essas pessoas prestam apoio aos outros escritórios e operações do ACNUR. A maioria dos nossos funcionários está em campo, ajudando as vítimas mais vulneráveis de deslocamento (ACNUR, 2019).

## 1.2. Panorama do refúgio no mundo

A manutenção de diversos escritórios espalhados pelo mundo nada mais é que uma resposta do ACNUR às demandas que têm surgido, ano após ano, de refugiados em busca de um novo lar. Conforme dados do IPEA, na última década, os conflitos ocorridos na Síria, Afeganistão, Eritreia e em países do Oriente Médio e da África proporcionaram o aumento do número de refugiados no mundo. De acordo com pesquisas realizadas pelo ACNUR, mundialmente, até junho de 2018, cerca de 68,5 milhões de pessoas foram forçadas a sair de suas casas, sendo que, deste número, 25,4 milhões são refugiados (mais da metade deles são menores de 18 anos), 3,1 milhões são solicitantes de refúgio e 40 milhões são deslocados internos<sup>2</sup>. Do número de refugiados existentes hoje, 19,9 milhões estão sob o mandato do ACNUR e outros 5,4 milhões são palestinos, registrados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) (ACNUR, 2019).

Conforme Marquez (2017, p. 9), “ao contrário do que se pode pensar, o número de refugiados está em franca ascensão, superando, em proporção, a taxa de crescimento da própria população mundial.” Os últimos números apresentados – 25,4 milhões de refugiados – bateram o recorde mundial de pessoas que buscaram refúgio desde o surgimento do fenômeno. Segundo dados do ACNUR, por dia, 44.400 mil pessoas são obrigadas a deixar suas casas por causa de conflitos e perseguições. A atual crise dos refugiados tem sido considerada a pior desde a Segunda Guerra Mundial. De 2015 para 2016, o número de indivíduos que precisaram sair de seus países subiu para 300 mil. Segundo informações do ACNUR, a guerra, que já dura cerca de oito anos, na Síria, é responsável por grande parte do fluxo de refugiados no mundo. Só em 2015, mais de 300 mil pessoas já haviam cruzado o Mar Mediterrâneo em busca de um lugar seguro para sobreviverem. Em meio a cenas dramáticas, um dos ápices da diáspora síria ocorreu em 2015, quando cerca de duas mil pessoas morreram afogadas ao longo do ano enquanto atravessavam o mar (ACNUR, 2019).

Ainda de acordo com o ACNUR, 57% dos refugiados do mundo vêm de três países: Síria (6,3 milhões), Afeganistão (2,6 milhões) e Sudão do Sul (2,4 milhões). Em contrapartida, as nações que mais recebem refugiados são: Turquia (3,5 milhões), Uganda (1,4 milhão), Paquistão (1,4 milhão), Líbano (1 milhão), República Islâmica do Irã (979.400

---

<sup>2</sup> Além dos refugiados, existe também o grupo dos deslocados internos, que é composto pelos sujeitos que são forçados a se deslocarem dentro de seus próprios países em razão de guerras civis (ACNUR, 2019). Exemplo disso é o caso do Sudão do Sul, palco de conflitos entre governo e grupos rebeldes, em que a guerra civil obrigou mais de 740 mil sudaneses a se deslocarem dentro do país em 2016.

mil). Ao se observar os dados, a maior parte dos refugiados tem sido acolhida nos países em desenvolvimento. Das 68,5 milhões de pessoas forçadas a saírem de suas casas, pertencentes a várias partes do mundo, 85% refizeram seus lares nos países de média e baixa renda. Sendo assim, ao contrário do que se imagina, os países mais desenvolvidos não são os que mais fornecem assistência aos sujeitos que precisam de acolhimento.

De acordo com Lima (2017, p. 38), “os países em desenvolvimento acolhem a maioria das pessoas que solicitam refúgio, muitas vezes por longos períodos de tempo, concomitantemente ao esforço para atender as necessidades de seus próprios cidadãos”. A escolha dos sujeitos em refugiar-se nesses países é resultado de múltiplos fatores. Mas, o principal deles é a proximidade entre o local de saída dos solicitantes de refúgio e o local de acolhida. O Líbano, a Turquia e o Iraque, por exemplo, apresentaram grande índice de refugiados presentes em seus territórios por serem países próximos às nações que “geram” refugiados, tais como a Síria (LIMA, 2017).

A América Latina, a América do Norte e o Caribe abrigaram, juntos, cerca de 5,35% dos refugiados do mundo entre 2011 e 2014 (LIMA, 2017). Apesar de não ser um número tão expressivo, conforme o ACNUR (2019), tais regiões estão na “vanguarda no que diz respeito às soluções duradouras com mais refugiados reassentados nas Américas do que em qualquer outro lugar do mundo”. O Brasil, por exemplo, foi “o primeiro país na América do Sul a formular legislação nacional específica, tendo sido também um dos pioneiros na adesão ao regime internacional para os refugiados” (LIMA, 2017, p. 56).

### **1.3. Refúgio no Brasil**

Para lidar com os refugiados que aqui chegam, além de seguir a Convenção de 1951, o Brasil possui uma legislação interna: a Lei 9.474, de 1997. Em suas definições, o documento reafirma o que é exposto no documento da Convenção, garantindo aos sujeitos refugiados os mesmos direitos dos estrangeiros residentes em terras brasileiras.

Nos termos da Lei sobre Refugiados, pessoas refugiadas, como requerentes de refúgio, no Brasil, têm o direito a trabalhar e residir no país, bem como acessar aos sistemas públicos de educação e saúde em condição de igualdade com os nacionais até decisão final sobre o caso, uma vez que estão sujeitas aos direitos e deveres do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980). A lei também permite que os refugiados se movimentem livremente pelo território nacional e tenham a opção de solicitar um visto de permanência e cidadania ao cabo de quatro anos de residência no país. O Brasil, à diferença de muitas nações, não estabelece uma cota anual para o refúgio via elegibilidade, nem uma cota por nacionalidade (LIMA, 2017, p. 58).

Além disso, a Lei 9.474/1997 é mais abrangente que a Convenção de 1951, pois acrescenta a previsão de concessão de refúgio em casos de violação dos direitos humanos, nas situações em que ela for grave e generalizada. Também por essa legislação nacional, foi instituído o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão interministerial, presidido pelo Ministério da Justiça e Cidadania, responsável por executar a Política Nacional de Refúgio em conformidade com os valores estabelecidos pela Constituição Federal. Resumidamente, o CONARE tem o papel de: analisar os pedidos de refúgio; declarar ou cessar, em primeira instância, o reconhecimento da condição de refugiado; realizar a coordenação geral das ações de proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados; e, também, aprovar e regular as instruções que normatizam a execução da Lei nº 9.474/1997 (LIMA, 2017).

De acordo com a Polícia Federal, para solicitar refúgio no Brasil é necessário estar em território nacional. Assim, “a qualquer momento após chegar ao Brasil, presentes as hipóteses relacionadas no Art. 1º da Lei nº 9.474/1997<sup>3</sup>, o migrante interessado deve procurar uma unidade da Polícia Federal para formalizar o pedido de refúgio” (POLÍCIA FEDERAL, 2019). Essa formalização da solicitação de refúgio compreende o preenchimento do Formulário de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado, disponível em quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês). No citado documento, o requerente do reconhecimento de refugiado fornece informações como identificação, grau de escolaridade, experiência profissional, circunstâncias da solicitação de refúgio e informações sobre familiares. Todos esses dados têm o objetivo de reunir as informações mais relevantes sobre o solicitante, a fim de que a análise da solicitação de refúgio seja efetuada sem quaisquer erros ou morosidade desnecessária.

Se o seu pedido for aceito, o refugiado recebe o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, instituído pelo Decreto 9.277 de 2018, válido até a decisão final do processo. Tal autorização de estadia no país tem o prazo de validade de 180 dias, revogável por igual período (LIMA, 2017). Conforme o disposto no decreto, o documento provisório constitui-se, para todos os fins, como identificação do solicitante de refúgio e lhe permitirá o gozo de direitos no País, tais como: expedição da Carteira de Trabalho e

---

<sup>3</sup> “Conforme Art. 1º da Lei nº 9.474/1997, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (POLÍCIA FEDERAL, 2019).

Previdência Social provisória para o exercício de atividade remunerada; abertura de conta bancária em instituição integrante do sistema financeiro nacional; inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF); acesso às garantias e aos mecanismos protetivos e de facilitação da inclusão social; acesso aos serviços públicos, como educação, saúde, previdência e assistência social (BRASIL, 2018).

Com a solicitação de refúgio em mãos, a Coordenação-Geral para Assuntos de refugiados (CGARE), do CONARE, agenda uma entrevista com o solicitante, que é realizada por um oficial de elegibilidade do comitê. Conforme Lima (2017, p. 89), tal entrevista “é parte essencial na tomada de decisão, uma vez que documenta a narrativa do solicitante com o máximo de detalhes possíveis – incluindo elementos objetivos e subjetivos – e possibilita a avaliação da história do solicitante e sua credibilidade”. Após decisão do colegiado, o CONARE decidirá pelo reconhecimento da condição de refugiado, por meio de um ato declaratório devidamente fundamentado. “No caso de deferimento, o refugiado será registrado junto ao DPF [Departamento da Polícia Federal], devendo assinar termo de responsabilidade e solicitar cédula de identidade pertinente” (LIMA, 2017, p. 90).

Até o final de 2017, foram reconhecidos 10.145 refugiados no Brasil. “Desses, apenas 5.134 continuam com registro ativo no país, sendo que 52% moram em São Paulo, 17% no Rio de Janeiro e 8% no Paraná” (ACNUR, 2019). No que diz respeito à divisão de gênero, dentre os refugiados reconhecidos via elegibilidade (que, conforme a definição do ACNUR, são os integrados localmente), 73% são do gênero masculino e 27% do feminino (LIMA, 2017). Segundo informações do IPEA, uma das explicações para a quantidade significativa de refugiados residentes no país é onda migratória dos refugiados sírios. Só de 2011 a 2015, foram reconhecidos cerca de dois mil sírios no Brasil, o que constitui quase o dobro de concessões realizadas a esses sujeitos, no mesmo período, pelos países europeus, como Espanha, Grécia, Itália e Portugal, e pelos Estados Unidos. A explicação deste fato não se dá pelo aumento de refugiados vindo para o Brasil, mas sim pelo aumento de concessões do status de refugiado que o país forneceu aos indivíduos que solicitaram refúgio em terras brasileiras. Tal diferença do número de reconhecimentos de refugiados, quando comparado aos outros países, é originada de uma normativa do CONARE, de 2013, que facilitou a concessão de vistos para refugiados sírios.

Considerando o elevado e crescente número de refugiados sírios em busca de refúgio em território brasileiro, o Conare regulamentou a concessão de visto por razões humanitárias, outorgado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na Síria e que manifestassem vontade de buscar refúgio no Brasil. O Brasil

tornou-se assim o primeiro país da região das Américas a oferecer vistos humanitários aos refugiados sírios. Embaixadas do Brasil em países vizinhos da Síria (Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque) passaram a ser responsáveis pela emissão de vistos de viagem (os pedidos de refúgio devem ser apresentados no momento da chegada ao Brasil) (LIMA, 2017, p. 56).

Com o aumento mundial de pessoas em busca de refúgio, a estrutura do CONARE já não tem conseguido suprir e acompanhar o ritmo de entrada desses estrangeiros no país. Por isso, embora o país esteja à frente de muitos outros na concessão de vistos para as pessoas em situação de refúgio, a morosidade na emissão desses documentos ainda é um obstáculo enfrentado por esses indivíduos que, enquanto aguardam a regularização de sua situação, têm que enfrentar situações de vulnerabilidade social.

Ademais, apesar de no último ano o número de refugiados reconhecidos no Brasil ter aumentado, em 2016 o governo de Michel Temer endureceu a concessão de vistos para as pessoas que solicitaram asilo no país. Em 2015 foram deferidos 1.231 destes pedidos, já em 2016 apenas 866 foram aprovados, o que significa uma redução de 28% de concessões emitidas pelo país. A justificativa para tal diminuição é que, de acordo com o CONARE, houve uma ampliação de pedidos de refúgio que estavam fora dos critérios e por isso esses pedidos foram negados. O Comitê apontou que a maior parte das solicitações possuía motivação econômica, não se caracterizando, assim, como situações em que havia riscos graves e reais de violação aos direitos humanos. Sobre tal conjuntura, Marquez (2017, p. 10) reflete que

enquanto não se constrói um consenso global sobre o tema, caberá aos Estados, reais provedores da proteção aos refugiados, aperfeiçoarem suas legislações e políticas públicas para lidar melhor com o fenômeno migratório, permanecendo firmes, ao mesmo tempo, no sentido de oferecer hospitalidade, solidariedade e apoio aos solicitantes de refúgio e refugiados, apesar das difíceis condições locais.

Em Minas Gerais, conforme dados presentes num diagnóstico sobre migração e refúgio no estado, do início de 2013 até abril de 2016 existiam cerca de “183 casos de processos pendentes casos de processos pendentes de julgamento ou solicitações de refúgio reconhecidas” (SOUZA, 2017, p. 116). Tais solicitantes são provenientes de vinte países distintos, advindos de diversos continentes, tais como América Central, Europa, Oriente Médio e Ásia.

Dos casos contabilizados de refugiados em Minas, contabilizou-se que 78,7% são do gênero masculino e 21,3% do gênero feminino. Entretanto, apesar de, numericamente, as

mulheres serem a minoria do grupo de refugiados no estado, Souza (2017) reflete que é importante ressaltar a vulnerabilidade encontrada por elas ao deixarem seus países. Pois, “considerando-se a precariedade com que, muitas vezes, a viagem até o país de refúgio se dá e a realidade dos campos de refugiados, tal situação é agravada quando se pensa a respeito das diferentes formas de violência a que podem estar submetidas” (SOUZA, 2017, p. 117).

Quanto à faixa etária preponderante nos refugiados residentes em Minas, identificou-se que 85,9% têm entre 18 e 59 anos, 12,6% têm de 0 a 18 anos e 1,6% têm 60 anos ou mais (SOUZA, 2017). Sobre a preponderância de refugiados em idade adulta, Souza (2017) salienta que tal panorama reforça a necessidade e a relevância de políticas públicas que facilitem a inclusão desses sujeitos no mercado de trabalho. Pois, por estarem, em tese, aptos ao trabalho, é importante que estes indivíduos sejam integrados, verdadeiramente, à nação em que foram acolhidos.

Políticas voltadas a essa finalidade tornam-se uma via de mão dupla, beneficiando tanto o indivíduo quanto o estado que o acolhe, isso pode se dar em função de que, por um lado, auxiliam o indivíduo a dar seguimento em sua vida e a promover sua subsistência, e, por outro, o incluem na cadeia produtiva, participando ativamente da economia (SOUZA, 2017, p. 118).

No que se refere à nacionalidade dos solicitantes de refúgio reconhecidos no estado, foi identificado que a maioria deles é de nacionalidade síria (60,7%). Outros 6,6% são advindos de Cuba, 6% de Guiné-Bissau, 4,4% do Paquistão, 3,7% de Bangladesh, 2,7% da Palestina, 2,7% do Egito, 1,6% do Iraque, 1,6% da República Democrática do Congo, 1,1% da África do Sul, 1,1% de Gana, 1,1% da Índia, 1,1% da Ucrânia, 1,1% da Venezuela, 0,5% do Afeganistão do Sul, 0,5% de Kosovo, 0,5% da Nigéria, 0,5% da República Dominicana e 0,5% de Zâmbia. Além disso, 1,6% dos solicitantes eram apátridas (SOUZA, 2017).

Conforme citado anteriormente, não é possível dissociar o alto número de refugiados provenientes da Síria aos recentes conflitos civis que têm assolado o Oriente Médio. Por essa razão, é cada vez mais latente a necessidade de que assuntos, por vezes negligenciados – como a xenofobia e o preconceito –, sejam pautas das discussões nacionais que versam sobre políticas públicas de inclusão e de conscientização social.

Como se pode ver [...] há um número elevado de pessoas de provável origem muçulmana. Une-se esse apontamento aos demais que foram feitos até então a respeito dos sírios, no sentido de chamar-se atenção ao preconceito que a população, em geral, tem com pessoas de origem muçulmana, dada a associação que se faz dessa religião a grupos terroristas fundamentalistas. Além disso, observa-se, também, um elevado número de pessoas de origem

africana e asiática, ao que, igualmente, se chama atenção ao preconceito étnico ou racial de que podem ser alvos. Disso denota-se a importância de que sejam pensadas políticas de atenção e conscientização que permitam lidar, cuidadosamente, com esses temas (SOUZA, 2017, p. 127).

Quanto ao local de solicitação de refúgio em Minas Gerais, dos 183 pedidos cadastrados, 95 (51,9%) dos refugiados foram para Belo Horizonte, 39 (21,3%) para Uberlândia, 28 (15,3%) para Uberaba, 11 (6%) para Divinópolis, 06 (3,3%) para Juiz de Fora, 02 (1,1%) para Governador Valadares e 02 (1,1%) para Varginha. Conforme Souza (2017, p. 124),

o alto número de pedidos na capital mineira pode ser caracterizado em razão de que aí se situa o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o que indica, por conseguinte, maior trânsito de estrangeiros. Por ser a capital, é provável que, naturalmente, haja uma grande perspectiva de maiores oportunidades de trabalho pelos solicitantes de refúgio, assim como de maior ou mais facilitado acesso aos principais serviços públicos. Com relação a Uberaba e Uberlândia, que, juntas, conformam outros 36% das solicitações de refúgio no estado de Minas Gerais, a alta busca por essas cidades como destino pode estar associada a estarem situadas no Triângulo Mineiro, que, como se sabe, trata-se de uma das zonas mais ricas do estado.

Vale frisar que, mais que números, os dados mencionados acima revelam e ressaltam muitas das vulnerabilidades nas quais os solicitantes de refúgio encontram ao chegarem ao Brasil e, mais precisamente, em Minas Gerais. Os caminhos pelos quais percorrem podem indicar não somente preferências fundadas em questões práticas – como economia, trabalho e moradia – mas, também despontam escolhas e movimentos enraizados em subjetividades. Pois, uma vez imersos numa realidade profundamente distante das quais estavam acostumados, passam a sujeitarem-se não apenas a diferenças geográficas, mas a dilemas da nova identidade que assumem: a de serem refugiados.

#### **1.4. Refugiados, cultura e comunicação**

Ao se refletir sobre as condições dos refugiados no Brasil e, mais precisamente em Uberlândia – recorte geográfico da pesquisa – é necessário compreender que, além das questões políticas e econômicas, os aspectos culturais também têm relevância nessa conjuntura. Pois, ao ingressarem em um país completamente estranho ao seu de origem, esses sujeitos são expostos a dilemas que ultrapassam questões burocráticas relacionadas ao refúgio. O âmbito cultural se coloca como a instância em que tais indivíduos constroem,

reforçam e reestruturam suas identidades. Porque, sendo a cultura entendida como um espaço de construção e reconstrução de significados sociais, nela são também instaurados os dilemas relacionados à identidade (CEVASCO, 2003).

Para que se entendam tais elaborações, é preciso analisar a cultura e sua relação com comunicação. Conforme Escosteguy (2010), a cultura relaciona-se e se modifica por meio da ação dos processos comunicativos e vice-versa. Isso ocorre porque os meios de comunicação estão imersos em uma lógica cultural que, de certa forma, infere sentido às produções desses canais. Por outro lado, os canais de comunicação, por serem os meios que produzem e reproduzem as informações no âmbito social, também são responsáveis pela representação e reprodução de lógicas que ressignificam e reformulam a cultura. Tais representações “participam da construção do imaginário de uma sociedade, configurando e reconfigurando seus quadros interpretativos”. A problemática instalada neste contexto se dá no fato de que “grande parte dos leitores desconhece o fazer jornalístico e acredita na possibilidade de uma reprodução do real” (MENDONÇA, 2006, p. 28). Ora, se a audiência legitima a realidade construída pelas mídias, há também a legitimação da representação que tais meios reproduzem a respeito dos sujeitos.

Ao pensarmos sobre tais aspectos e na sua relação com os refugiados, surge a indagação: qual produção de sentido vem sido legitimada nos meios de comunicação sobre esses indivíduos? Taylor (1994 apud MENDONÇA, 2006, p. 23), ao refletir sobre os perigos das representações midiáticas, diz que “uma pessoa ou grupo pode sofrer dano real, distorção real, se as pessoas ou sociedade em volta deles representam-nos com uma imagem restrita, humilhante ou degradante”. Pois, os sujeitos dão sentido a suas experiências e ao que são – suas identidades – a partir dos significados produzidos pela representação (MENDONÇA, 2006).

Assim, a reflexão que toma lugar na discussão se refere à responsabilidade social que os meios de comunicação têm perante a sua audiência. Porque,

os processos de comunicação são “fenômenos de produção de identidade, de reconstituição de sujeitos, de atores sociais” e os meios de comunicação “não são um puro fenômeno comercial, não são um puro fenômeno de manipulação ideológica, são um fenômeno cultural através do qual a pessoa, ou muitas pessoas, cada vez mais pessoas vivem a constituição do sentido de sua vida (MARTÍN-BARBERO, 1995 apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 165).

Cardoso (2013), na tentativa de identificar como a cobertura jornalística brasileira participa na construção do refugiado, realizou uma análise de conteúdo de 98 textos, dos

veículos Correio Brasiliense, Folha de São Paulo, O Globo e Zero Hora, publicados durante os dez anos que sucederam os ataques terroristas de 2001. A análise, resultado de sua pesquisa de doutorado, buscou compreender se as narrativas presentes nesses meios midiáticos eram voltadas para a paz e/ou para a guerra. Para isso, dentre os precedentes teóricos que nortearam o estudo, Cardoso (2013) embasou-se nas contribuições de Galtung (2006 apud CARDOSO, 2013), que buscou delinear duas possibilidades do trabalho jornalístico: a guerra ou a paz. Conforme o citado autor, “o trabalho do jornalista volta-se geralmente para o jornalismo de guerra, com ênfase na violência” (CARDOSO, 2013, p.89). Esse jornalismo voltado para a guerra é caracterizado pelos itens: orientação para a guerra/violência; orientação para a propaganda; orientação para a elite; orientação para a vitória. No jornalismo para a paz, por sua vez, “as premissas são baseadas na compreensão de valores da não violência e no entendimento de que um conflito pode ser veiculado de diferentes maneiras sem perder o grau de veracidade” (CARDOSO, 2013, p.90). Nele, os fatos são sempre selecionados por meio de escolhas dos jornalistas, que são estruturadas por meio da consideração dos seguintes pontos: orientação para a paz; orientação para a verdade; orientação para as pessoas em geral; orientação para as soluções.

Por meio de tais considerações, Cardoso (2013), ao realizar a análise de conteúdo dos 98 textos publicados nos veículos supracitados, chegou à conclusão de que

por encontrarem na violência e na vitimização o principal atrativo, as empresas jornalísticas apreendem o assunto com indiferença, apresentando o refugiado como ator social estereotipado e de caráter ameaçador. O que desponta no conteúdo brasileiro, então, não é uma realidade voltada para paz (CARDOSO, 2013, p. 05).

Conforme Cardoso (2013), ainda são reduzidos, na mídia brasileira, os espaços de fala dedicados aos refugiados. Muitas das vezes, esses sujeitos são tratados como indivíduos atomizados, desprovidos de vivências e histórias particulares. Como bem argumenta a autora, “há uma visão simplista do fenômeno, bastante marcada pela apresentação do refugiado como peça de um espetáculo, e não como um importante ator social” (CARDOSO, 2013, p. 161). Os textos midiáticos, superficiais em sua maioria, não permitem aos leitores o entendimento do fenômeno por meio de pontos de vistas plurais. Pelo contrário, enfatizam e reforçam uma visão unilateral do refúgio, em que “são negados desdobramentos que problematizam a questão” (CARDOSO, 2013, p. 162).

Nessa conjuntura, a problemática da construção da identidade no processo comunicativo, versus representação midiática, assume relevância uma vez que o “conjunto de

representações, imagens e sentidos, seletivamente representado e classificado, é organizado e articulado num todo coerente, numa ordem reconhecida, ou melhor, na produção do consenso, na construção da legitimidade” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 69). Ao postular uma legitimidade em suas narrativas, muitas vezes carregadas de “estereótipos e estigmas que banalizam a vida humana”, a mídia abre brechas para a legitimação de preconceitos, desumanização dos sujeitos e naturalização de problemáticas sociais (IJUIM, 2017).

Como alternativa à descaracterização da identidade dos sujeitos, o livro-reportagem delinea-se como possibilidade. Conforme pontua Lima (2009, p.4),

o livro-reportagem cumpre um relevante papel, preenchendo vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários de televisão, até mesmo pela internet quando utilizada jornalisticamente nos mesmos moldes das normas vigentes na prática impressa convencional. Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística.

O aprofundamento nos fatos, presente na essência do livro-reportagem, permite que os acontecimentos e, principalmente, os sujeitos sejam contextualizados em sua essência, localização, história, identidade e individualidade. Ao contrário do que se vê nas notícias que, em muitos casos, estandartizam o mundo e reduzem os fatos a um número limitado de linhas e caracteres, o livro-reportagem pode se prestar a “não deixar a audiência desprovida de meios para compreender o seu tempo, as causas e origens dos fenômenos que presencia, suas consequências no futuro” (LIMA, 2009, p. 19).

As narrativas, que se fazem presente nos livros-reportagem, carregam consigo a proposta de explorar os fatos a partir de sua multiplicidade de significados, contextos e implicações. Como pontua Lima (2009, p. 21), a narrativa em profundidade é voltada “para uma abordagem multiangular, para uma compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear, ganhando contornos sistêmicos no esforço de estabelecer relações entre as causas e as consequências de um problema contemporâneo”. Assim, quando se fala nesse tipo de narrativa, a ideia predominante não é trazer à tona somente as informações mais básicas de um fato, de forma distanciada dos sujeitos e carregada de banalizações. Pelo contrário, o objetivo desse tipo de abordagem jornalística é dar conta da amplitude de um acontecimento, de modo que ele seja inserido num contexto mais complexo e mais amplo.

Além de ser um meio que permite o aprofundamento nos fatos sociais e no cotidiano dos sujeitos, o livro-reportagem pode se colocar como uma das melhores respostas

jornalísticas às aspirações de uma comunicação e sociedade democrática (MEDINA, 1985 apud LIMA, 2009). Através desse tipo de narrativa jornalística, é possível abranger, de forma mais consistente, a pluralidade de vozes existentes numa sociedade repleta de sujeitos com identidades distintas. Longe de postular uma visão idealista do livro-reportagem, o que se ressalta nesse veículo midiático são suas inúmeras possibilidades. Pois, como destaca Medina (1985 apud LIMA, 2009), por meio do livro-reportagem e suas narrativas, torna-se mais fácil estabelecer uma relação de proximidade entre a comunicação e a democracia, pois, tal como os sujeitos e os acontecimentos, esta última é construída pela polifonia e pela polissemia.

Deste modo, quando o livro-reportagem é colocado como uma alternativa à estandarização dos fatos, o papel informativo e orientativo do jornalismo objetivo, das notícias, não estão sendo colocados em cheque. O que se pretende é reforçar que “o segmento da produção jornalística voltado à cobertura aprofundada da contemporaneidade pode e deve evoluir a níveis superiores aos existentes hoje, e essa evolução tem um caminho experimental aberto no livro-reportagem”, dadas as suas possibilidades e o seu potencial de constituir-se como uma produção democrática e aberta à escuta das diferentes vozes que ecoam pelas ruas do mundo (LIMA, 2009, p. 317).

Ao retomarmos a questão dos refugiados, bem como a relação entre suas vivências, memórias e identidades, e as representações produzidas pelos meios de comunicação, percebe-se que, com o auxílio da proposta comunicativa do livro-reportagem, é possível delinear um caminho alternativo às notícias, por vezes tendenciosas e rasas. Por meio dessa perspectiva, surge, como problema motor e propulsor dessa pesquisa, a seguinte indagação: quais são os impasses na construção da identidade dos refugiados sírios residentes em Uberlândia diante da memória do vivido e da representação midiática? E, de modo mais prático: tendo como referência os dilemas na produção de sentido desses sujeitos, como um livro-reportagem poderia ser uma alternativa às representações midiáticas que estereotipam o refúgio?

Sob essa ótica, o objetivo geral do estudo em questão foi produzir um livro-reportagem como produto alternativo aos estereótipos do refúgio construídos pela mídia convencional. Os objetivos específicos centraram-se em: conhecer e contar a história de três refugiados sírios<sup>4</sup> residentes em Uberlândia por meio de suas memórias; analisar a experiência

---

<sup>4</sup> Dada à expressividade de refugiados sírios no Brasil (nacionalidade com a maior parcela de refugiados no país e em Minas Gerais), foi decidido que as narrativas presentes no livro-reportagem abordariam apenas as histórias de sujeitos advindos da Síria. Longe de menosprezar as demais nacionalidades de refugiados que residem no Brasil, o intuito desse recorte foi fazer com que a obra conseguisse aprofundar-se – tanto quanto possível e respeitadas as particularidades de cada refugiado – no contexto histórico e social dos entrevistados, tendo em

vivida por esses sujeitos antes, durante e depois do refúgio; identificar os dilemas e impasses vividos por eles para a construção de suas identidades, diante dos estereótipos encontrados nas representações do refúgio; evidenciar as singularidades de cada refugiado, entendendo-os como sujeitos que viveram o refúgio de modo particular; suscitar a reflexão do público acerca da responsabilidade social da comunicação no processo de significação do refúgio.

Tal proposta de pesquisa justifica-se socialmente à medida que, com a feitura da pesquisa, buscou-se compreender os dilemas vividos pelos refugiados residentes em Uberlândia, tanto em seu cotidiano, quanto quando confrontados com a representação que a mídia local faz sobre eles. Além disso, com a produção do livro-reportagem, tentou-se estabelecer uma discussão responsável sobre o refúgio, de modo que os sujeitos entrevistados, por meio de suas singularidades e particularidades, tivessem espaço para fazerem-se representar, mais do que serem representados.

No âmbito acadêmico o estudo também encontra justificativa para sua realização, pois poderá suscitar discussões a respeito da responsabilidade social da comunicação no que diz respeito à representação dos sujeitos. Acredita-se também que a pesquisa poderá estimular acadêmicos e profissionais da área a produzirem materiais comunicativos que desvelem as singularidades de tantos sujeitos marginalizados por representações que, ao invés de protagonizá-los, utilizam-nos como objetos.

Como os dados colhidos no estudo revelam que o refúgio é um fenômeno em expansão, a pesquisa justifica-se mercadologicamente pois, o produto final – livro-reportagem – constitui-se como um material de temática socialmente relevante e atual. Deste modo, infere-se que não faltarão leitores ávidos por conhecer, aprofundadamente, as histórias dos refugiados, delineadas no livro. Como consequência, apesar de não ser o intuito primeiro do projeto, em uma possível comercialização, infere-se que o livro possui potencial para alcançar lucratividade.

Por fim, para dar seguimento ao relatório técnico-científico aqui apresentado e de modo a detalhar, explicar e discutir o trabalho proposto, além da Apresentação já exposta acima, nas próximas páginas, a pesquisa organiza-se da seguinte maneira: Referencial Teórico (Capítulo 2), em que são apresentados os principais antecedentes e as referências teórico-conceituais; Livro-reportagem (Capítulo 3), momento que são detalhados os conceitos metodológicos utilizados para a feitura do livro, o relato de desenvolvimento do trabalho e a exequibilidade e aplicabilidade do produto final; e Considerações Finais (Capítulo 4), em que

são postuladas reflexões sobre a feitura do estudo e as contribuições que o mesmo pode trazer para o campo da cultura e da comunicação.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Para a compreensão do problema de pesquisa e aprofundamento na temática, faz-se necessário o contato com referências teórico-conceituais que dialoguem com o estudo e que forneçam subsídios para a elaboração de uma discussão pertinente no campo da Comunicação. Em consonância com a proposta do estudo e com a temática de pesquisa em que a investigação se insere, a saber “A problemática cultural do processo comunicativo: mídia, cultura e memória”, o trabalho dialogará com as contribuições dos Estudos Culturais. Assim, na presente pesquisa, como a temática do trabalho – refúgio – já foi apresentada na Apresentação deste relatório, a seguir serão discutidos os seguintes tópicos: Estudos Culturais, cultura e produção de sentido dos sujeitos; identidade, cotidiano e memória; comunicação, representação e responsabilidade da produção social de sentido.

### **2.1. Estudos Culturais, cultura e produção de sentido dos sujeitos**

Os Estudos Culturais, em linhas gerais, compreendem e analisam a cultura a partir do contexto social, histórico e político em que esta se insere, pois entendem que uma instância da sociedade está intrinsecamente ligada à outra (ESCOSTEGUY, 2010). Por se tratar de uma corrente de pesquisa interdisciplinar, os Estudos Culturais não constituem uma nova disciplina, mas atuam em diferentes campos do saber a fim de compreenderem os aspectos culturais da sociedade. Conforme Turner (1990 apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 36), “os estudos culturais são um campo interdisciplinar onde certas preocupações e métodos convergem; a utilidade dessa convergência é que ela nos propicia entender fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes”. De acordo com o autor, o estudo cultural se caracteriza pela utilização de uma concepção interdisciplinar que emprega teorias de diferentes campos sociais e seus discursos teóricos como bases para o entendimento das inter-relações entre a cultura e as demais instituições sociais.

Por abarcarem em suas análises diferentes campos do saber que, por sua vez, abordam temáticas distintas, os Estudos Culturais possuem uma diversidade de objetos de investigação. Dentre os temas de pesquisa, vinculados aos Estudos Culturais, estão: culturas populares, meios de comunicação de massa e identidades (HALL, 2003; MARTÍN-BARBERO, 1997).

Na avaliação da Michael Green, “se há um tema que possa ser identificado

na primeira fase dos estudos culturais, é o da cultura como espaço de negociação, conflito, inovação e resistência dentro das relações sociais das sociedades dominadas pelo poder e fraturadas por divisões de gênero, classe e raça” (GREEN, 1996b, p. 125). Em suma, no período de maior evidência do CCCS [Centro de Estudos Culturais Contemporâneos] acrescenta-se ao seu interesse pelas subculturas às questões de gênero e, logo em seguida, as que envolvem raça e etnia. Além, é claro, como já foi anotado, a atenção sobre os meios de comunicação (ESCOSTEGUY, 2010, p. 41).

As primeiras manifestações dos Estudos Culturais surgiram na Inglaterra, em meados dos anos de 1950, e essa primeira fase teve como principais estudiosos: Richard Hoggart, Raymond Williams e Eduard Palmer Thompson. Neste período, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (Centre for Contemporary Cultural Studies – CCCS) foi o local onde as pesquisas centradas nos Estudos Culturais puderam ser articuladas, fato que tornou possível a organização e consolidação desse campo de estudos. O eixo principal de observação do CCCS foi composto pelas “relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 27).

Como lembra Cevasco (2003), os Estudos Culturais britânicos surgiram em uma época de crise de identidade nacional, momento em que as organizações capitalistas impactavam diretamente nas formas culturais e nas relações sociais. Tal campo de pesquisa se estruturou num momento em que era necessário “lidar com as novas complexidades da vida cultural” por meio de “um novo vocabulário e uma nova maneira de trabalhar” (CEVASCO, 2003, p. 13). As mudanças drásticas ocorridas no período demandavam respostas teóricas e políticas que pudessem interpretar a situação social da época. Os Estudos Culturais, nesse contexto, passaram a desempenhar um importante papel na análise e compreensão das modificações que ocorriam na sociedade e na cultura. Coube aos teóricos, então, o entendimento de que a cultura atua nos diversos setores da sociedade e possui diferentes funções nesses campos. Assim, foi nesse momento que se aderiu, mais fortemente, à ideia de que a cultura desempenha também, juntamente com as demais instâncias, um papel social relevante.

A cultura não se constitui como um campo separado da realidade, mas atua conjuntamente com a política, a economia, a educação e os demais âmbitos sociais. Os processos culturais permeiam todas as instâncias sociais, assim como essas últimas participam ativamente da construção, elaboração e manifestação da cultura. Não há uma linha que divida a cultura do restante da sociedade, mas, sim, um diálogo – mesmo que conflituoso –, uma troca e uma relação mútua entre ela e os demais eixos sociais. Como pontua Cevasco (2003,

p. 49), “o interesse central dos estudos culturais é perceber as intersecções entre as estruturas sociais e as formas culturais”.

A questão da relação entre práticas culturais e outras práticas em formações sociais definidas, isto é, a relação do cultural com o econômico, o político e as instâncias ideológicas, pode ser considerada enquanto um questionamento-chave na construção da tradição dos estudos culturais (CEVASCO, 2003, p. 67).

Assim, no contexto de formação e iniciação das pesquisas e análises dos Estudos Culturais, os teóricos supracitados, cada um a seu modo, buscaram entender o papel e o significado da cultura numa sociedade hierarquizada por classes e num momento em que os meios de comunicação importavam a cultura norte-americana. Esse leque de preocupações em comum abrangia as relações entre cultura, sociedade, comunicação e história. No que diz respeito à cultura, à sociedade e à comunicação, a concepção de Hoggart, Williams e Thompson era a de que a atividade humana deve ser entendida como produtora e consumidora de cultura ao mesmo tempo. Tal produção e consumo efetivam-se prioritariamente no cenário da comunicação, visto que é esta última quem potencializa, divulga, molda e remolda as atividades, expressões e bens culturais. No âmbito da história, passa-se à compreensão de que, para ser analisada e entendida, a cultura deve ser vista a partir do seu contexto social, histórico e político. Com base neste pensamento, consolida-se a ideia de que não há culturas melhores, nem piores, pois as expressões culturais são diferentes e suas significações dependem do cenário em que estão inseridas (ESCOSTEGUY, 2010).

Nesse novo momento, a Cultura, com maiúscula, é substituída por culturas no plural. O foco não é mais na conciliação de todos nem a luta por uma cultura em comum, mas as disputas entre as diferentes identidades nacionais, étnicas, sexuais ou regionais (CEVASCO, 2003, p. 24).

Sob a perspectiva que se construía com os Estudos Culturais em seus primórdios, constatou-se que os mesmos “não dizem respeito apenas ao estudo da cultura. Nunca pretenderam dizer que a cultura poderia ser identificada e analisada de forma independente das realidades sociais concretas dentro das quais existem e a partir das quais se manifestam” (BLUNDELL et al 1993 apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 33). Pois, não é possível intervir e compreender a sociedade se a concepção prevalente é a de que a cultura é um campo apartado da organização social, local onde ocorre, efetivamente, a vida social (CEVASCO, 2003). De acordo com Williams (1969), deve-se pensar na cultura imersa na sociedade e não fora dela,

uma vez que as manifestações e modificações culturais alteram os modos de viver e vice-versa.

Em meados dos anos 80, o foco dos Estudos Culturais deu-se na constituição das identidades sociais, em uma fase de desestruturação das solidariedades tradicionais frente ao processo de globalização. A ênfase, neste período, foi ancorada nas dimensões subjetivas e na pluralidade dos modos de vida em vigência. Durante esta fase, houve uma redefinição das modalidades de análise dos meios de comunicação e, por meio dessa reformulação, a atenção sob os receptores da comunicação de “massa” cresceu consideravelmente. Afinal, em qual lugar, que não o âmbito da comunicação, dar-se-ia, mais fortemente, a desestruturação das identidades que antes eram sólidas, tradicionais e bem delimitadas? Ao se falar sobre cultura e sua relação com a comunicação, é necessário compreender a importância de sua ação no modo como a sociedade se organiza e na forma como os sujeitos se enxergam, se constroem e moldam suas identidades. A comunicação é o espaço de disseminação e construção da ordem (ou desordem) social vigente e, conseqüentemente, aborda e transmite a cultura e se constitui por meio dela. Assim, a formação, reelaboração e desestruturação das identidades estão intimamente relacionadas aos processos de recepção e significação das mensagens produzidas pelos meios de comunicação. Deste modo, redefinir as análises dos Estudos Culturais em favor dos estudos de recepção foi mais do que uma escolha, mas uma necessidade para que as pesquisas pudessem, de fato, abarcar o processo cultural e comunicativo – que também é histórico, político e econômico – em sua totalidade, com o aprofundamento necessário. Com a redefinição das análises de recepção, foi rompida a concepção de uma audiência passiva frente às mensagens veiculadas pelos meios e os sujeitos começaram a ser vistos como indivíduos engajados na construção e produção de sentidos (CEVASCO, 2003).

Sobre a aproximação até as audiências, pretendida pelas pesquisas dos Estudos Culturais, para o entendimento da formação de sentido que os sujeitos realizam, Escosteguy (2010) reforça que uma das preocupações é de que a pesquisa empírica não se finde em si mesma. Primeiro, busca-se o contato empírico, mas é preciso que haja uma reflexão sobre esse processo. Os pesquisadores devem se aproximar da audiência, num primeiro momento, mas em segundo lugar é necessário ter em vista as relações estruturais, sociais e políticas contidas nessa articulação. Não se pode desmembrar a audiência do seu contexto e localização social. Assim, quando se fala em análise da construção das identidades dos sujeitos, a ideia contida nessa concepção é de que os indivíduos precisam ser percebidos sempre em relação às estruturas sociais que os cercam.

É importante que se compreenda que os sujeitos não podem ser vistos

otimistamente como totalmente autônomos frente ao processo de recepção, uma vez que, como foi discutido anteriormente, a cultura (e as significações que por meio dela se constroem) perpassa por um contexto histórico, social, político e econômico e constitui-se dentro de uma conjuntura. Tais contextos têm relação direta e indireta na construção de significados dos indivíduos, pois, imersos em uma determinada realidade, inferem e conferem sentido às mensagens com base em suas vivências, no que conhecem e no que são direcionados a conhecer. Além disso, a hegemonia se faz presente também na produção de sentidos dos sujeitos. E o que seria a hegemonia? O conceito foi defendido por Gramsci (1971) e baseia-se na reprodução do sistema dominante através dos meios disponíveis – como os meios de comunicação, por exemplo – e na resistência a esse sistema. De acordo com essa concepção, embora possam resistir ao sistema por meio de suas construções de sentido, em certos momentos os sujeitos, consciente ou inconscientemente, consentem com o que foi reproduzido pelos poderes dominantes. Pois, ao tentar estabelecer o consenso, a visão hegemônica tenta formar a base da “realidade” e, assim, consegue credibilidade na consciência popular, por meio das instâncias culturais principalmente. Deste modo, as produções de sentido nunca são isoladas e inerentemente autônomas, como muitos pesquisadores e teóricos arriscam a acreditar e reproduzir em suas pesquisas (ESCOSTEGUY, 2010; CEVASCO, 2003).

Podemos então afirmar que a dominação essencial de uma determinada classe na sociedade mantém-se não somente – ainda que certamente, se for necessário – por meio do poder, e não apenas – ainda que sempre – por meio da propriedade. Ela se mantém também, inevitavelmente, pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir é, em larga medida, a reprodução de uma ordem social profundamente arraigada, a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes, se opõem de fato (WILLIAMS, [1975] apud CEVASCO, 2003, p. 56).

Sob a perspectiva de resistência e consenso, os Estudos Culturais, nos anos 90, tiveram a questão da construção da identidade dos sujeitos como o cerne principal das pesquisas relacionadas à comunicação, sendo que esta última passou a ser repensada a partir das práticas sociais. Na América Latina buscou-se o diálogo entre teoria e pesquisa empírica, para que as práticas sociais fossem compreendidas por meio da realidade e não somente através de conceitos estáticos. As pesquisas latino-americanas encontraram seu foco na cultura popular, nas relações de poder e na conotação política, o que constituiu a tendência

social desses estudos. Nesse contexto, a proposta latino-americana se colocou contra a ideia de comunicação funcional, entendendo-a como uma instituição que se relaciona ativamente com os demais âmbitos sociais, principalmente no cenário da cultura e no processo de constituição das identidades. Conforme essa concepção, a comunicação atua na elaboração de significados sociais e culturais que, por sua vez, reelaboram e constroem as identidades dos sujeitos (ESCOSTEGUY, 2010).

A cultura, nesse âmbito, se coloca não apenas como uma estrutura alheia à organização social, mas como um modo de vida, que rearranja e reconstrói os modos de ser dos sujeitos. Como bem coloca Cevasco (2003, p. 110), ao recordar as discussões de Williams sobre sua reformulação teórica e disciplinar, a cultura “se trata de algo comum a toda a sociedade, que inclui, além de grandes obras – modos de descoberta e de criação –, os significados e valores que organizam a vida comum”. Trata-se de um materialismo cultural, em que a cultura se dá no concreto, atuando, ao mesmo tempo, na reorganização do que é e do que não é concreto. Ao propor o Materialismo Cultural, Williams (1993 apud CEVASCO, 2003, p. 111) levanta a discussão sobre o papel da cultura na sociedade. Para o autor,

[...] em termos teóricos é necessário se contrapor às visões idealistas da cultura que insistem em pensá-la como domínio separado da vida concreta. No campo materialista, a questão é ver a cultura, mais do que um mero efeito da superestrutura, é um elemento fundamental na organização da sociedade [...].

Williams também faz uma crítica à predominância do determinismo econômico do materialismo histórico dialético, conceituado na teoria de Karl Marx. Embora os Estudos Culturais se estruturam na epistemologia do materialismo histórico dialético, principalmente no que diz respeito à postura crítica frente aos acontecimentos e à noção de que o contexto histórico é pilar fundamental na compreensão da sociedade, as concepções dessas duas correntes se diferem quando a cultura se torna o eixo de discussão. Para o materialismo de Marx, a cultura é determinada pela base econômica e, por meio de tal concepção, a cultura se inicia e se finda na reprodução dos modos de economia vigentes, cristalizando-se nos objetos produzidos e reproduzidos para as massas consumidoras. Williams, no entanto, na discordância dessa concepção analítica, propõe o materialismo cultural, em que a cultura, além de dar-se na realidade concreta, deve ser entendida como uma produção de sentido realizada dentro dessa realidade e, portanto, não é possível dissociar a obra cultural de quem a produz.

O enfrentamento de Williams ao materialismo histórico dialético caracteriza-se

por uma forma de se contrapor ao idealismo da cultura, em que a cultura é visualizada apenas como um aspecto ideal. Williams defende que a cultura é um modo de vida, uma produção de sentido, não um objeto. E, por meio desse entendimento, infere-se que a cultura está com o sujeito que, estando sob as forças hegemônicas, molda, constrói, remolda e reconstrói seus modos de produzir sentidos consentindo ou resistindo às demais instituições sociais, inclusive à base econômica.

Nessas negociações e conflitos estabelecidos nas produções de sentidos dos sujeitos, entende-se a primazia de determinadas instâncias da sociedade sobre outras, mas o que Williams defende é que uma esfera não anula a outra. Deste modo, não existe um determinismo econômico que age dominando a cultura. Na verdade, existem determinações que vivem constantemente em um jogo de aceites, negações e negociações, de modo que o contexto e a produção de sentido dos sujeitos é que irão responder ao jogo cultural a depender da situação em que estiverem situados (CEVASCO, 2003).

A questão primordial dos Estudos Culturais, bem como do materialismo cultural, é que não se pode negar os sujeitos, nem seus contextos. Quando a cultura é colocada como uma instância dominada pela base econômica – e suas produções como objetos –, o que está posto é que os sujeitos e seus contextos também são objetos, visto que a cultura se dá na produção de sentido dos mesmos. Em oposição, para Williams, os sujeitos não são determinados passivamente pelo econômico, pois as determinações que sofrem passam por suas interpretações da realidade e, posteriormente, às suas consciências da realidade. Cada indivíduo, ao significar as representações dos meios de comunicação, é único. Pois, seus valores, crenças e pontos de vista, ainda que permeados por mediações contextuais, culturais, econômicas, políticas e sociais, são únicos. Assim, a uniformização dos valores dos sujeitos incorre no erro de visualizar a cultura em um determinismo absoluto que não se concretiza na realidade. Vale ressaltar que Williams não descarta as determinações do setor econômico, o que o teórico tenta enfatizar são as complexidades e contradições existentes na cultura e na sociedade.

Como relembra Hall (2006, p. 129) sobre as contribuições de Williams, o argumento do teórico “é dirigido contra um materialismo vulgar e um determinismo econômico. Ele oferece, em seu lugar, um interacionismo radical: a interação mútua de todas as práticas, contornando o problema da determinação”. Compreende-se, assim, que a simplificação da ordem social pelo econômico, não cabe na concretude da vida dos sujeitos que são produtores ativos de sentidos. Em tal contexto, ao analisar como é realizada essa produção de sentido que reelabora até mesmo o sentido que os homens constroem sobre si

mesmos, é preciso que haja cautela e que os diversos aspectos contextuais e sociais sejam considerados. A Análise Cultural se coloca como o método mais adequado para as pesquisas empreendidas pelos Estudos Culturais, pois se preocupa, justamente, com princípios que conferem aos estudos mais familiaridade, proximidade e contextualização com as temáticas, sujeitos e objetos em análise.

### *2.1.1. Análise Cultural*

As pesquisas que se constroem por meio das contribuições dos Estudos Culturais possuem como protocolo metodológico a Análise Cultural. Isso dá devido ao fato de que esse método tem suas raízes no Materialismo Cultural que, por sua vez, insere-se no contexto dos Estudos Culturais, conforme foi visto anteriormente (COIRO-MORAES, 2015).

A Análise Cultural possui alguns princípios que funcionam como norteadores das pesquisas que dela se utilizam. O primeiro elemento fundamental a ser compreendido é que todas as pesquisas possuem intencionalidades e, sendo assim, a Análise Cultural é política. Deste modo, os pesquisadores que compartilham as reflexões dos Estudos Culturais precisam compreender que as “questões de ordem econômica e política podem e devem integrar seu protocolo analítico” (COIRO-MORAES, 2015, p. 5). Neste sentido, faz-se primordial o entendimento e que um acontecimento nunca é um fenômeno isolado de seu contexto. Do mesmo modo, o conhecimento não é dotado de neutralidade, pois sua construção parte de um determinado local e de uma conjuntura específica. A comunicação e seus meios, também, por estarem inseridos num contexto social, devem ser entendidos como parte que se relaciona os a sociedade. Assim, é necessário que se compreenda que as narrativas construídas pela mídia são elementos cruciais no entendimento da constituição de uma determinada sociedade, num dado momento histórico.

Ao se refletir sobre o local de fala, também se faz imprescindível que a Análise Cultural seja entendida como conjuntural. Ou seja, as respostas que as pesquisas em Estudos Culturais buscam trazer não devem ter o intuito de serem universais, pois, seu propósito deve ser o contrário: as respostas dessas pesquisas devem contribuir para a compreensão de problemas contextuais, pertencentes a uma dada conjuntura e com vistas a atender uma determinada demanda social. Entende-se que os dilemas sociais são complexos e, por isso, procedimentos e conclusões reducionistas não devem fazer parte do escopo das pesquisas que buscam compreender e analisar tais dilemas. O que de fato ocorre nos estudos, envolvidos na análise cultural, é a busca por padrões que, por vezes, possam existir nas práticas sociais e

pelas rupturas desses padrões.

os padrões que marcam as práticas sociais num específico momento e numa particular formação social e as maneiras como são vividos, experimentados e, por vezes, reinventados pelos sujeitos, de maneira a se tornarem “novas práticas sociais”, constituem seus "modos de organização", ou seja, “padrões culturais”, de onde as regularidades e as rupturas podem ser rastreadas no processo analítico, tendo em conta, para tanto, os elementos que são capazes de diagnosticar essas conjunturas espaço-temporais e, nelas, a experiência dos sujeitos (COIRO-MORAES, 2015, p. 8).

Na observação e compreensão das práticas sociais, efetivadas com base na Análise Cultural, é importante que as mesmas sejam empreendidas por meio de estruturas de sentimento, conceito discutido por Raymond Williams (1979). Conforme o teórico, estrutura de sentimento é “uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferente de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período” (Williams, 1979, p. 133). Ao discorrer sobre esse conceito, Williams afirma que há uma tendência de separação entre o social e o pessoal, de modo que o social é sempre colocado como um passado acabado e o pessoal como algo subjetivo, do aqui e agora. Entretanto, essa redução do social e do pessoal, para Williams, é um “erro básico”. Pois, nos Estudos Culturais

estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação, mas nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas (WILLIAMS, 1979, p. 124).

Deste modo, o propósito de uma pesquisa embasada pelos Estudos Culturais deve ser “entender como as inter-relações de todas essas práticas são vividas e experimentadas e como um todo em um dado período, essa é sua estrutura do sentimento” (HALL, 2003 apud COIRO-MORAES, 2015, p. 8). Compreender as estruturas de sentimento das práticas sociais é entender que os fenômenos e acontecimentos são mais amplos que os conceitos formais, uma vez que também abarcam significados e valores que são sentidos e vividos pelos sujeitos de forma ativa. A análise de tais estruturas colabora para que os sujeitos sejam vistos e percebidos como sujeitos de sua própria história e não como meros resultados de pilares sociais alheios à suas realidades vividas. Conforme Hall (2003 apud COIRO-MORAES,

2015, p. 143), esse princípio de análise parte da reflexão sobre “onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e a elas respondem”.

Por fim, é necessária a compreensão de como a Análise Cultural articula a produção e o consumo. Os Estudos Culturais, como foi discutido anteriormente, entendem a comunicação como elemento fundamental na compreensão da cultura e, por conseguinte, indicam a cultura como ponto primordial no entendimento da sociedade. Neste sentido, quando se fala na articulação entre produção e consumo, na Análise Cultural, se depreende que existem relações entre o que é produzido pelos meios de comunicação e o que é consumido, compreendido e apropriado pelos sujeitos. Ou seja, nas análises das pesquisas que dialogam com os Estudos Culturais, é importante que sejam investigadas “as maneiras pelas quais os sujeitos se apropriam das mensagens, como as decodificam e delas fazem uso em suas vidas privadas” (COIRO-MORAES, 2015, p. 10). Tais produções de sentido têm relação direta e indireta no modo como os sujeitos constroem suas identidades, reelaboram sua memória e compreendem seu cotidiano.

## **2.2. Identidade, cotidiano e memória**

Quando se aborda a questão da identidade, é importante, inicialmente, que se compreenda como é definido este conceito. Conforme Williams (1993 apud CEVASCO, 2003), a identidade é a forma pela qual os sujeitos se compreendem tanto internamente, quanto externamente. É a expressão maior de quem os indivíduos são para si mesmos e quem eles consideram que são para os outros. Dentro do conceito de identidade, não há uma maneira certa ou errada de se expressar e de se reconhecer enquanto sujeito. Entretanto, como defende o teórico, há um desvio de identidade quando o sujeito não se reconhece como sujeito e não reconhece sua identidade, tornando-se um indivíduo objetificado.

A maneira pela qual as pessoas se formam e se produzem socialmente e culturalmente, enquanto portadores de uma identidade própria, é um ato político. Ou seja, a identidade não é formada a partir de anseios particulares e vontades totalmente autônomas. Sua formação dá-se nas relações sociais, nas produções de sentido realizadas pelos sujeitos, pelos significados socialmente e culturalmente construídos e disseminados, pela representação midiática dos “outros” e de “nós mesmos”, pela estruturação da sociedade e pelas instâncias que nela atuam (HALL, 2006).

A identidade tem tomado cada vez mais o espaço de preocupações dos teóricos e estudiosos por ter e estar vivenciando um período de crise. De acordo com Mercer (1990 apud

HALL, 2006, p. 9), “a identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. As identidades dos sujeitos já estavam em crise desde os primórdios dos Estudos Culturais, quando os teóricos supracitados na seção anterior buscavam respostas e explicações para o reordenamento social que havia se instaurado em razão da quebra e destituição das identidades tradicionais nacionais. Com o decorrer do tempo e com o processo de globalização, se tornou mais evidente ainda o processo de deslocamento das identidades rumo a um contexto de crises, redescobrimientos e reformulações.

Conforme Hall (2006, p. 12),

o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Hall separa as concepções de identidade em três tipos: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro conceito de identidade refere-se a ideia de que o “centro essencial do eu era identidade de uma pessoa” (HALL, 2006, p. 11). O sujeito do Iluminismo era individualizado, de modo que se acreditava que as tradições e estruturas sociais eram estáveis suficientemente para apoiarem a identidade desse sujeito de modo contínuo e imutável. Este sujeito era entendido como uma entidade indivisível, racional e pensante, não havia espaço para mudanças identitárias visto que a identidade desse indivíduo “permanecia a mesma e [...] era contínua com seu sujeito” (HALL, 2006, p. 27). Sua identidade fazia parte de seu sistema biológico e, portanto, não havia influência ou estrutura social capaz de abalá-la.

Logo depois surge a concepção de sujeito sociológico. Esse, por sua vez, era reflexo das constantes complexidades existentes no mundo moderno. Daí parte-se da noção de que o sujeito não era tão autônomo quanto se costumava acreditar, muito menos autossuficiente. A formação de sua identidade se dava na relação com os outros, que mediavam “para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] A identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p. 11). Sob essa perspectiva do sujeito sociológico, entendia-se que o mesmo possuía seu

núcleo central, de essência interior, mas que este núcleo não se formava solitariamente, mas de modo conjunto com os diálogos estabelecidos entre os mundos culturais exteriores a esse indivíduo. Sobre esse tipo de sujeito, Hall (2006, p. 11-12) explana que

a identidade, nessa concepção sociológica, preenche espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2006, p. 12).

Com as remodelações do mundo social, a ideia de um sujeito com identidade unificada vai perdendo sua força para dar lugar à concepção de identidades cada vez mais fragmentadas. Nesse contexto não há somente uma identidade, mas várias delas em um mesmo sujeito. Se a estrutura social tem se modificado e se alterado constantemente, como os sujeitos poderiam suturar suas identidades de forma estável a essa sociedade em mutação? Se os complexos sociais se transformam e não mais constituem um todo objetivo e inalterado, é consequência que as próprias relações entre os sujeitos e entre eles e o mundo sejam abalados. Como haveria identidades unificadas se a própria sociedade tem se tornado variável, mutante e inconstante?

Na conjuntura que se instaura, surge a terceira concepção de identidade identificada por Hall (2006): a do sujeito pós-moderno. Tal indivíduo não possui uma “identidade fixa, essencial ou permanente”, essa, na verdade, torna-se uma concepção móvel, transformada constantemente “em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 12-13). O sujeito pós-moderno possui uma identidade que deixa de ser definida biologicamente, como no sujeito do Iluminismo, e passa a ser entendida a partir da história.

Nessa pós-modernidade identitária, o indivíduo é convidado a assumir diferentes identidades conforme o contexto em que se insere. Não existe um eu coerente, unificado, imutável ou central, pois as identidades podem ser contraditórias entre si.

Podemos estar muito bem informados sobre um determinado domínio da vida social mas mesmo assim acabamos nos comportando contra os nossos melhores interesses. Apaixonamo-nos pelas pessoas erradas, gastamos dinheiro que não temos, deixamos de nos candidatar a empregos que

poderíamos conseguir e nos candidatamos para empregos para os quais não temos qualquer chance. Chegamos até mesmo ao ponto de realizar ações que podem ameaçar nossas vidas apenas para afirmar uma determinada identidade. Sentimos emoções ambivalentes – raiva para com as pessoas que amamos e, algumas vezes, desejo por pessoas que nos oprimem (WOODWARD, 2000, p. 62).

Woodward (2000, p. 9) reforça que “a identidade é marcada pela diferença”, uma vez que ser alguma coisa significa, ao mesmo tempo, não ser tantas outras. Conforme a autora, embora acreditemos que somos, constantemente, a mesma pessoa, nos diferentes locais e situações que nos encontramos, “não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com diferentes papéis sociais que estamos exercendo” (WOODWARD, 2000, p. 30).

Como Hall ressalta, “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’. [...] A identidade plenamente unificada, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13). As identidades desse tipo de sujeito são temporárias, cada qual com a sua relevância no momento vivenciado por esse indivíduo. Os confrontos de identidades, muitas vezes, surgirão para esse sujeito, que não optará com uma decisão final por uma ou outra identidade, mas elencará a que mais estiver em consonância com a sua vivência do agora. A identidade “está sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’. [...] A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p. 38-39).

O self é uma construção dinâmica, elaborada nos incessantes processos narrativos do viver. A identidade não é um *a priori*, mas algo continuamente manufaturado através da inserção do indivíduo na sociedade. [...] Os sujeitos são elaborados no bojo da sociedade e da cultura. [...] Essa inserção do homem na cultura cria uma intersubjetividade, a qual é a projeção de nossas subjetividades cruzadas, que volta e “re-informa” essas mesmas subjetividades. É no duplo movimento entre o eu e a cultura que ambos se constituem (MENDONÇA, 2006, P. 18-19).

Mendonça (2006) discute que a identidade é discursivamente constituída. Ao significar e produzir sentido sobre os discursos, o sujeito não só compreende e dá sentido ao cenário exterior, como também se constrói e remolda quem ele é com base na sua produção de significados. Os discursos estão presentes em diversas instâncias, mas a preocupação e

enfoque que aqui se delineiam estão nos discursos elaborados, disseminados e significados no âmbito cultural. Nessa instância da sociedade, a identidade muitas vezes busca sua fonte de formação nas culturas nacionais, pois “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). Conforme destaca Woodward (2000, p. 41), cada cultura possui uma forma de classificar o mundo. E é pela construção desses “sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. [...] Esses sistemas partilhados de significação são, na verdade, o que se entende por ‘cultura’”.

De acordo com Hall (2006), os discursos a respeito das nações contam e recontam histórias na mídia e na cultura popular e, por meio disso, formulam uma “comunidade imaginada” constituída de cenários, símbolos, eventos históricos e imagens que se tornam uma experiência partilhada pelos membros de tal comunidade. É a cultura nacional “que dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte” (HALL, 2006, p. 52). Assim, não importam quão extensas sejam as diferenças entre os membros de uma nação, a cultura nacional tenta unificá-los em prol de uma identidade cultural de modo que esses sujeitos sejam representados como um todo pertencente a uma mesma família nacional.

Entretanto, assim como a sociedade, com o processo de globalização, a cultura nacional que tem sido cada vez mais deslocada e descentrada. E, conseqüentemente, os laços entre a identidade e a cultura nacional têm se enfraquecido com o decorrer do tempo. Além disso, Hall (2006, p. 59) enfatiza que a ideia de que a identidade nacional subordina as diferenças culturais deve ser colocada em cheque, pois “uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural” do cotidiano dos sujeitos.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do eu “inteiro” de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas (HALL, 2006, p. 62).

Com o advento do mundo moderno, essa crença de nação nacional unificada decai como um mito a ser desmascarado. As nações, que na verdade nunca tiveram um todo

populacional unificado, têm se tornado ainda mais diversificadas, compostas por diferentes povos, culturas e etnias. Como resultado dessa globalização e reformulação da sociedade, Hall postula três possíveis consequências: a primeira delas é a desintegração das identidades nacionais, como resultado da homogeneização cultural; a segunda se dá no fato das identidades nacionais e locais/particularistas serem reforçadas pela resistência ao processo de globalização; e a terceira se concretiza no declínio das identidades nacionais e no conseqüente rearranjo de novas identidades híbridas que tomam o lugar das primeiras.

Conforme Hall (2006, p. 62), no contexto atual, “as nações modernas são, todas, híbridas culturais”. Há, nessa conjuntura, o surgimento, ao mesmo tempo, de uma tendência de homogeneização global e uma fascinação pela diferença. “Há juntamente com o impacto do ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’. A globalização [...], na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o ‘global’ e o local” (HALL, 2006, p. 77). Nessa articulação é válido destacar como se dá a formação das identidades que “atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal”, como é o caso dos refugiado – sujeitos analisados nesta pesquisa (HALL, 2006, p. 88).

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão e um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas. [...] Eles são produtos das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas (HALL, 2006, p. 88-89).

Todo esse processo faz com que o campo das identidades seja ampliado de modo que se pode perceber uma disseminação de novas posições de identidade. Os sujeitos estão imersos em um contexto alargado de possibilidades identitárias, em que é possível tanto fortalecer a identidade local a qual estão inseridos, quanto formular novas identidades a partir da hibridização das culturas e das nações. Assim, seus cotidianos passam a ser marcados por conflitos e por fragmentações de identidade e de produções de sentido que fazem sobre si

mesmos, sobre a sociedade e sobre os processos culturais que os cercam e formam.

Tal realidade deixa em aberto, como foi discutido anteriormente, espaços a serem preenchidos, completados nas identidades dos sujeitos, mesmo que temporariamente. Assim, um ponto relevante a ser elucidado nessa altura da discussão, são as contribuições de Pollak (1992) acerca da questão da relação entre a memória e identidade. Conforme foi dito anteriormente, as formas de preenchimento dos vazios identitários são variadas. Para Pollak (1992), a memória tem papel importante nesse processo. Com base nas relações identificadas entre a memória e a identidade social, entende-se que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204). O sujeito que remolda sua identidade, mesmo que ela não seja única ou estável, precisa de coerência pessoal para que ele possa reconhecer-se em si mesmo e não perder de vista quem ele é para si e para os outros.

A memória é um fenômeno duplo, pois é individual e ao mesmo tempo coletiva, é “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). E o que constituiria a memória, então? Conforme Pollak (1992) a memória se constitui pelos acontecimentos vividos pessoalmente e também pelos fatos vivenciados por “tabela”, ou seja, aqueles que são vividos pelo grupo ou coletividade a qual o sujeito pertence. Sua relação com a formação e elaboração da identidade se dá conforme essas vivências e memórias colaboram para a construção de quem o sujeito se reconhece enquanto pessoa.

Por ser coletiva, a memória se consolida não somente nos sujeitos, mas também as instâncias sociais. Deste modo, quando se fala em memória, deve-se refletir sobre como a sua constituição é concretizada na cultura e como a cultura remolda e reelabora a memória dentro de seus arranjos. Sendo a comunicação um espaço-chave na consolidação da cultura e vice-versa, ao discutir-se a questão da memória, é preciso levar em consideração qual é o papel da representação e da comunicação na formação da memória. E, conseqüentemente, qual é o papel desses processos comunicativos na construção e reelaboração dos sujeitos. Se a memória coletiva e individual é perpassada por narrações de acontecimentos fragmentadas e desumanizadas, por exemplo, como então os indivíduos poderiam, cotidianamente, reelaborar suas identidades? Qual seria a responsabilidade da comunicação no que tange a produção social de sentido que é feita nas mensagens noticiosas? Os sujeitos, representados nas informações, têm espaço para elaborarem sua identidade de forma democrática? A memória que se forma no cotidiano, quando perpassada pela cultura transposta na comunicação, ao ser

reelaborada e ressignificada a partir de estereótipos, não causaria impactos na construção de quem os sujeitos entendem que são?

### **2.3. Comunicação, representação e responsabilidade da produção social de sentido**

A reflexão sobre o papel que os meios de comunicação desempenham, quando informam sobre determinado assunto, gera diferentes constatações e observações. A primeira delas é que a resolução do que é ou não notícia deixa subentendido o que é considerado relevante para tais canais comunicativos. Como pontua Cunha (2010, p. 59), “a quantidade de informações que circulam nessa sociedade, e seu nível de complexidade é imensa”. Fica destinada, assim, à mídia a função de eleger, neste universo de fatos, acontecimentos e fenômenos, o que fará parte da pauta de seus produtos jornalísticos.

Cabe aos meios de comunicação selecionar aquilo que seria mais importante socialmente, reduzindo a complexidade, donde resulta que um acontecimento só passa a ter relevância social quando é mediatizado (o que constitui a realidade mediática) (CUNHA, 2010, p. 59).

É importante compreender que, embora os meios comunicativos exerçam um papel decisivo na escolha do que é visto e discutido nos espaços sociais, estes canais não são autônomos, pois também estão imersos em uma lógica social e codificam as informações a partir de um universo discursivo (HALL, 2003). As instituições, tal como as pessoas, fazem parte de um contexto histórico e as relações que se estabelecem nessa conjuntura afetam diretamente a organização social, econômica, política e cultural destas. Assim, “o repórter está captando algo do mundo pré-significado com objetivo de significá-lo de uma nova maneira. [...] O mundo real não está fora do discurso: não está fora da significação” (HALL, 2003, p. 364).

Hall (2003), ao refletir sobre o processo de codificação e decodificação das mensagens transmitidas pela mídia, chega ao entendimento de que, apesar de cada pessoa decodificar o que consome dos meios de comunicação de forma personalizada, ainda assim é importante que se considere o poder destes meios. Imersas em um contexto discursivo e simbólico, as instituições de comunicação devem atentar-se para o fato de que os recortes dos fatos, muitas vezes, representam a única parcela de informação sobre um acontecimento que alguns indivíduos terão acesso. Ao propor indagações, Hall (2003, p. 368) discute:

mas é o texto apenas um conjunto aberto, algo semiótico que pode ser decodificado de qualquer modo? Nem tanto: isso implica uma questão de poder. Alguém tem de controlar os meios de significar o mundo. Muitas pessoas lá fora não têm outra forma de conhecer o mundo a não ser através do significado que se comunica a elas.

De acordo com Cevasco (2003), os significados e a representação do real, construídos pela mídia, constituem-se como uma produção social. Por essa razão, é necessário que se compreenda “que os meios de comunicação de massa – os jornais, as televisões, as rádios – são uma instituição política, com o poder de selecionar, enfatizar e excluir temas de acordo com interesses particulares” (CEVASCO, 2003, p. 96). Mais que canais dotados do papel de informar o que se passa na vida concreta, os meios de comunicação são munidos de intenções e valores que ultrapassam a objetividade. Desta feita, não se pode conceber que as narrativas produzidas pela mídia são uma simples reprodução do real. Pois, são, na verdade, uma representação, uma recontextualização dos fatos.

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-os como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000, p. 17).

Nesta conjuntura, é preciso que se compreenda o papel destes meios no circuito social, pois eles não só produzem e dissipam o material informativo, como também são “o local por excelência da experiência social compartilhada, construindo inclusive nossas realidades” (CUNHA, 2010, p. 60). Há de se refletir, assim, qual realidade tem sido arquitetada pelos canais de comunicação, tendo em vista a relevância destes na construção, e no entendimento, que os sujeitos fazem do mundo. Não se pode, é claro, atribuir à mídia a função de influenciador em detrimento de receptores totalmente apáticos no processo comunicativo. Como destaca Martín-Barbero (1997), o discurso destas instituições está imerso em uma problemática comunicativa que engloba a cultura, como elemento chave, e a política. Este processo, por sua vez, é caracterizado pela produção de significações que

ocorrem de ambos os lados: produtores e receptores. “O receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas é também um produtor”, construindo e inferindo sentido ao que consome (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 287).

E quais seriam os significados comunicados aos sujeitos? Como foi visto, todo fato, quando narrado por um meio de comunicação passa por um processo de significação que se transmite através de um discurso. Tal fenômeno é complexo, pois implica diversas instâncias: está imerso em um referencial de sentidos, em uma rotina produtiva e numa ideologia. Além disso, abarca pressupostos institucionais e profissionais, se estruturando cultural, econômica e politicamente (HALL, 2003). Ijuim (2017, p. 237) afirma que atualmente a mídia, em seu discurso, tem se preocupado mais em significar os fatos, os dados brutos, “encarar a maioria dos acontecimentos como ‘coisas’”, do que em dar significado aos fenômenos, às pessoas, ao Outro.

Ao ignorar o fenômeno social nos acontecimentos, esta racionalidade tem levado a imprensa a constituir critérios de noticiabilidade que privilegiem o imediato em detrimento da reflexão sobre a complexidade das questões sociais. Postura semelhante tem sido adotada ao abordar pautas relacionadas a minorias raciais, pessoas em situação de rua, indígenas, trabalhadoras do sexo (IJUIM, 2017, p. 237).

Privilegiar o imediato é retirar dos fatos a sua problematização, é naturalizar processos que não são naturais. Quando se realiza tal atitude, a realidade significada pelos meios de comunicação constrói-se em bases frágeis, que podem ruir a qualquer momento. A complexidade dessa construção chega às demais instâncias sociais, principalmente na cultura, pois ela “pode ser modificada, tanto pela ação dos meios de comunicação, quanto pela necessidade de se refletir criticamente sobre este processo” (CUNHA, 2010, p. 51). Assim, as significações dos acontecimentos, realizadas pelos meios de comunicação, perpassam o âmbito cultural, da mesma maneira que a esfera cultural relaciona-se com os processos comunicativos, uma vez que “a cultura é a instância de construção de significados e da veiculação de valores” (CEVASCO, 2003, p. 97).

Há de se levar em consideração que a mídia, com seus veículos de informação, posiciona-se como uma instituição política. (CEVASCO, 2003). Ao divulgar e propagar um fato – com determinado recorte – de acordo com interesses particulares, ela não só dá um significado social para este acontecimento, como também, de certo modo, tenta legitimar a validade desta significação. De acordo com Silva (2000, p. 76), temos a tendência de “tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não

somos”. Deste modo, quando a mídia assume um determinado padrão de sujeito como sendo a norma, ela tende a significar os que fogem a essa regra como “os diferentes”, como “os outros”, considerados alheios à pretensa normalidade criada. “Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91).

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas (SILVA, 2000, p. 83).

Hall (2003, p. 366), ao discutir sobre este processo, afirma que as audiências não ocupam “as mesmas posições de poder daqueles que dão significado ao mundo para elas”, pois os canais de comunicação querem que o público leia as mensagens veiculadas de uma forma determinada. Assim, quando uma informação é dissipada, considerar seu potencial enquanto discurso privilegiado é essencial. Qual mensagem os meios de comunicação têm propagado? Qual significação tais mídias têm dado aos acontecimentos? Conforme Ijuim (2017, p. 238) destaca “o jornalista deve observar a realidade como um tecido de acontecimentos, de forma compromissada e solidária aos valores universais, identificada com a sociedade que este profissional (teoricamente) tem que servir”.

Significar a realidade, interferindo assim na instância cultural, demanda responsabilidade, que se estabelece a partir do compromisso social assumido pelos profissionais da comunicação ao informarem sua audiência. Este vínculo entre produtores e receptores das mensagens precisa ser construído a partir de uma relação dialógica, em que haja a ponderação de que o público não é passivo frente às mensagens. Pois, como se coloca em Escosteguy (2010, p. 42), a audiência é composta por “sujeitos engajados na produção de sentidos”. Por outro lado, é preciso considerar que

embora seja plausível a consideração de que a audiência estabelece uma ativa negociação com os textos mediáticos e com as tecnologias no contexto da vida cotidiana, esse posicionamento pode tornar-se tão otimista que perde de vista a marginalidade do poder dos receptores diante dos meios. A euforia com a vitalidade da audiência e por sua vez com a cultura popular fez com que esta fosse entendida como um espaço autônomo e resistente ao campo hegemônico. [...] É necessário dar conta de alcançar um sentido concreto das forças hegemônicas que regem o mundo atual (ESCOSTEGUY, 2010, p. 43).

Conforme aponta Escosteguy (2010, p. 68), “os meios de comunicação são agentes significantes”, sendo que a mídia não só reproduz significados, mas também é ativa no trabalho de construí-los. Em tal cenário, surge a reflexão sobre qual seria o papel social da comunicação enquanto instituição social capaz de significar a realidade e de reorganizar culturalmente a sociedade. No processo de significação, existe um engajamento, por parte dos meios de comunicação, em aprofundar-se nos fenômenos sociais e nas problemáticas de tais fatos? Ou a pretendida objetividade destes canais tem mitigado esta finalidade? Ijuim (2017, p. 239), na reflexão sobre a função dos meios, chega à conclusão de que, em muitos casos, na narração dos acontecimentos “o repórter ‘focado nos fatos’, ao ler/compreender uma pauta por um pensamento disjuntivo e reducionista, ignora a complexidade do fenômeno; não engajado à realidade, perde em cumplicidade com o outro e, por isso, não reporta a vida. E isso desumaniza”. Tal desumanização chega às casas da audiência como uma realidade construída que colabora na produção de sentidos que o público realiza. Nesta conjuntura, os meios de comunicação constroem, com seu discurso, um imaginário social. As representações, por eles construídas, embora fragmentadas, formam – no imaginário – a noção de uma totalidade social. Tal noção é, na verdade, um discurso ideológico dos que estão por trás da mídia (HALL, 1997 apud ESCOSTEGUY, 2010).

Se o mundo construído pelas instituições de comunicação, como pontua Ijuim (2017), é predominantemente desumanizado, as possibilidades de decodificação dessa significação reducionista tornam-se escassas. Hall (2003, p. 366) diz que “as decodificações que você faz se dão dentro do universo da codificação, um tenta englobar o outro”. Ou seja, embora os atores sociais tenham autonomia para dar sentido a uma mensagem da mídia, esta autonomia é cerceada pela forma pela qual a informação foi codificada. Isso se dá, pois os meios de comunicação estruturam uma narrativa de modo a tentar controlar a leitura preferencial deste material. Entretanto, como foi discutido anteriormente, não é possível obter totalmente este controle porque o texto pode ser lido de várias formas, a depender da individualidade de cada receptor. Por outro lado, essa variedade de maneiras de leitura de uma mensagem não é infinita, uma vez que está imersa no contexto institucional em que informação foi significada (HALL, 2003). Quanto a tais modalidades de recepção de um texto, Hall (2003) define três formas hipotéticas de interpretação:

uma posição “dominante” (chamada, também, de “preferida” ou “preferencial”), quando o sentido da mensagem é decodificado segundo as referências da sua construção; uma posição “negociada”, quando o sentido da mensagem entra “em negociação” com as condições particulares dos

receptores; e uma posição de “oposição”, quando o receptor entende a proposta dominante da mensagem mas a interpreta segundo uma estrutura de referência alternativa (ESCOSTEGUY, 2010, p. 75).

De acordo com Hall (2003, p. 371), a leitura negociada é a mais comum entre a audiência, pois “a maioria de nós nunca está completamente dentro de uma leitura preferencial ou totalmente a contrapelo do texto. Nós sempre lutamos e remamos contra a maré dele”. Assim, quando os sujeitos têm contato com uma mensagem da mídia, eles negociam o significado desta de modo a aceitar certos sentidos transpostos pela instituição comunicativa, mas também de forma que tais significações dialoguem com seu universo próprio de construção de sentidos. Esta construção de significados não é fixa, muito menos única, a produção de sentido é polissêmica. Quando um texto é lido por um receptor, não há uma lógica predeterminada que permita a ele inferir denotações à mensagem. Não há uma “grade de leitura”, pois, o “significado é mais multifacetado, é sempre multirreferencial” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 74).

As referências para a decodificação de uma informação recebida pelos meios de comunicação são variadas, podendo ser: familiares, profissionais, institucionais, religiosas, entre outras. Para que se compreenda o processo de recepção e significação das mensagens, é necessário compreender que a comunicação perpassa e está imersa em uma lógica cultural e contextual (HALL, 2003). Deste modo, para se pensar sobre a atuação e o papel da mídia, assim como sobre seu discurso, não se pode considerar “exclusivamente mensagem, estruturas de significação ou problemas de conteúdo. Essa perspectiva reduz o discurso a problemas e relações de significação, descartando sua inserção no processo histórico e desarticulando-se dos sujeitos” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 87).

De fato, a relação de predomínio do emissor sobre o receptor é a ideia que primeiro desponta, sugerindo uma relação básica de poder, em que a associação entre passividade e receptor é evidente. Como se houvesse uma relação sempre direta, linear, unívoca e necessária de um pólo, o emissor, sobre o outro, o receptor; uma relação que subentende um emissor genérico, macro, sistema, rede de veículos de comunicação, e um receptor específico, indivíduo despojado, fraco, micro, decodificador, consumidor de supérfluos; como se existissem dois pólos que necessariamente se opõem, e não eixos de um processo mais amplo e complexo, por isso mesmo, também permeado por contradições (SOUSA, 2002, p. 14).

Analisar os meios de comunicação apenas pela mensagem que eles transmitem é desconsiderar o Outro, preconizado por Ijuim (2017) quando se fala na responsabilidade social do jornalismo. Assim, ao se refletir sobre as implicações sociais que a mídia tem na

significação que ela faz do mundo, é preciso que se considere também qual a significação que é feita pelos sujeitos ao entrarem em contato com os textos comunicativos. Tal contato não se dá apenas mediante a leitura solitária da mensagem, mas está relacionado às interações sociais de grupos que buscam e constroem suas identidades. Como pontua Martín-Barbero (1995 apud ESCOSTEGUY, 2010, p. 166),

o sentido dos meios não está no texto ou mesmo na “leitura” do texto, mas aloja a fonte de criação do sentido nas interações sociais e movimentos de grupos que buscam por identidades. O sentido do texto dos meios depende muito das identidades que os diferentes grupos estão tentando definir.

E como estes grupos definem suas identidades com base nos sentidos atribuídos pela mídia a determinados fatos e acontecimentos? Se os meios de comunicação trabalham em função de uma objetividade mecânica, esquecendo-se das subjetividades dos sujeitos, do olhar humanizado para o outro (IJUIM, 2017), como então os indivíduos elaboram, definem e reconstróem suas identidades ao significarem as narrativas da mídia? De acordo com Lobo (2013), em oposição à mecanicidade da comunicação, os jornalistas devem interpretar a informação de modo a colaborar para a “produção de um bem intelectual que dê ao receptor a possibilidade de refletir e, também, de interpretar”. Desta maneira, o autor propõe que a mensagem da mídia deve ser composta por informações explicativas e interpretativas, em que seja possível estabelecer uma narração com diferentes pontos de vista e equânime, neste sentido. É preciso fornecer ao público condições de construir seu próprio juízo de valor ao ler ou assistir um material jornalístico, pois “o verdadeiro papel do jornalista é, e sempre foi, fazer pensar” (LOBO, 2013).

Além disso, é importante que se considere que neste espaço reflexivo, proposto às narrações midiáticas, que a mensagem, a realidade ali construída, se pautem nos sujeitos, no Outro. Pois,

sendo o jornalismo, e parte do processo comunicacional humano, uma estrutura de contrapoder, a ele lhe cabe o papel de regular e opor-se a degradação e massificação da mente coletiva da sociedade do espetáculo. Se o jornalista escreve para seu leitor é por ele, e para ele, que deve se pautar. A intimidade e círculo de confiança gerado pelos jornais de pequenas esferas de abrangência, como jornais e cadernos de bairro, atendem de forma muito mais crucial aos interesses coletivos do que a generalização de abraçar o mundo dos grandes veículos. A estes últimos caberia o papel não de formadores de opinião, mas de proponentes da reflexão (LOBO, 2013).

Por serem agentes significantes e reorganizarem e reconstruírem a cultura por

meio de seus discursos, os meios de comunicação desempenham um papel decisivo tanto na representação da realidade – e dos sujeitos nela inseridos – quanto na constituição da identidade dos indivíduos. A notícia, como define Tuchman (1978), é uma realidade construída, pautada de suas próprias validades internas. Ao ser disseminada para o público, como os sujeitos receptores teriam o conhecimento real de que essa informação, na realidade, é uma construção do fato e não o fato bruto (se é que ele existe)? Se os recortes, escolhas e segmentações realizados não puderem promover uma pluralidade de entendimentos e a compreensão da real complexidade do acontecimento narrado, os sujeitos ficam predispostos a recortarem, escolherem e segmentarem o fato tal como os produtores fizeram ao construir a notícia. De acordo com Traquina (2005), os próprios produtores da notícia têm sua liberdade mitigada na enunciação dos fatos. O que sobraria, então, para os receptores, nessa conjuntura? “Seria uma visão romântica da profissão imaginar que o jornalismo é a soma de todos os jornalistas a agir em plena liberdade. Uma pergunta permanente é, precisamente, até que ponto um jornalista é livre e são livres os jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 25). A autonomia do jornalismo não é negada completamente, mas o que deve ser posto em discussão é que

[...] a atividade jornalística é altamente condicionada. Muitas vezes o trabalho jornalístico realiza-se em situações difíceis, marcadas por múltiplas incertezas. O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes o(s) próprio(s) dono(s), pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem a ‘promoção’ dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite (TRAQUINA, 2005, p. 25).

Como bem destacam Karam e Hauser (2011, p. 281), quando os sujeitos aceitam o discurso jornalístico sobre determinado acontecimento, o que ocorre é um acordo que é consolidado em razão do perfil desse público, dos contextos em que estão imersos e também devido à adequação que a notícia tem às técnicas jornalísticas “já consagradas e legitimadas pelo público”. O aceite ao que é noticiado não é um processo simples e objetivo. Pelo contrário, essa aceitação envolve negociações e, até mesmo, conflitos que irão corroborar para a formação de sentido e de significação dados à mensagem recebida.

Assim, se não há (ou se há pouco) espaço para reflexão e interpretação das mensagens de modo que esse processo de significação, por parte do público, seja democrático, os dois aspectos – representação e identidade – ficam comprometidos. Neste

cenário, entende-se que “caricaturizar o ser humano, não perceber a complexidade dos fenômenos e não reconhecer e não se comunicar com o Outro [...] são maneiras de não colocar o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística” (IJUIM, 2017, p. 242). E, quando essa representação caricaturista e mecânica ocorre na mídia, surgem desafios para a configuração das identidades.

Como trabalhar com a subjetividade numa sociedade em que o indivíduo já não existe mais, é simulacro de si mesmo? Como pode existir um mundo vivido e experimentado em nível de experiência real e coletiva, na interação com uma sociedade que privilegia a simulação? Enfim, a saturação dos meios de comunicação e de informação nos dias atuais não nos levaria à impossibilidade de construção da subjetividade, que pode vir a ser uma “subjetividade saturada”? (SOUSA, 2002, p. 34).

Fica mais preponderante, como um grito que ecoa cada vez mais alto, a necessidade de reflexão acerca do papel do jornalismo no enfrentamento às representações midiáticas rasas, mal explanadas e produzidas de forma objetificante. Medina (2008 apud TAVARES, 2009, p. 277-278) defende que, nos processos comunicativos, a relação sujeito-objeto deve ceder mais espaço às relações sujeito-sujeito por meio do uso da “sensibilidade humana, da subjetividade, a partir do sensível e suas materializações nos processos jornalísticos”. Afinal, de quê o mundo e as relações sociais e culturais se constroem? Mais de objetos relacionando-se com sujeitos (e tornando esses últimos em indivíduos objetificados)? Ou mais de sujeitos que produzem sentido e se constroem a partir de suas relações com outros sujeitos? A qual realidade a comunicação e os meios jornalísticos deveriam dar prioridade?

Nesse outro jornalismo proposto por Medina (2008), do real encontro entre narrador e entrevistado, “não só sujeito e objeto se veem tensionados, mas onde, mais que isso, se atentaria para as potencialidades e necessidades da relação sujeito-sujeito nas práticas cotidianas que dão a conhecer o mundo” (TAVARES, 2009, p. 278). Propõe-se, deste modo, o diálogo. O diálogo possível entre os sujeitos abre as portas para uma forma mais humana e contextualizada de se pensar a comunicação e as práticas jornalísticas. E essa forma de tratar as informações, humanizando o que já é humano por sua própria natureza, não é uma visão idealista ou romantizada do processo comunicativo. Como Medina (2008, p. 7) coloca, “no cotidiano do homem contemporâneo há espaço para o diálogo possível. Estão aí experiências ou exceções à regra que provam o grau de concretização da entrevista na comunicação coletiva”. É necessário, sim, um esforço para a construção de uma comunicação mais dialógica, empática e humana, em que o sujeito seja o centro e não o objeto das narrativas.

Mas, é um esforço necessário.

### **3. “FRONTEIRAS DESFEITAS”: O LIVRO-REPORTAGEM**

Como alternativa à estereotipização dos sujeitos e como possibilidade de constituir-se como o espaço de um diálogo possível, o livro-reportagem coloca-se como o meio em que tais aspirações podem ser concretizadas. Na apresentação deste relatório já foram realizados alguns apontamentos a respeito das possibilidades que o livro-reportagem abarca. Entretanto, faz-se necessário que sejam delineadas, de modo mais específico, as discussões pertinentes à construção desse instrumento aperiódico e das narrativas que se farão presentes nele, tais como: entrevista e a profundidade das narrativas, perfil jornalístico como gênero que objetiva manter o sujeito – e suas singularidades – como destaque; e definição do que é livro-reportagem.

Após tais discussões, serão apresentados os caminhos percorridos para a produção do “Fronteiras Desfeitas”. O livro, em suas 140 páginas, retrata as histórias e memórias dos refugiados sírios Khaled, Hassan e Muntasir (nomes fictícios). A construção dessas narrativas, bem como das fotografias e demais elementos que compõem o livro foi detalhada no relato de desenvolvimento do trabalho. Também, ao final, encontram-se explicitados os passos seguintes que serão concretizados para que o livro-reportagem assuma o seu formato final e possa, finalmente, vir a público.

#### **3.1. Caminhos para a profundidade das narrativas: entrevista, perfil e livro-reportagem**

As discussões teóricas anteriores trouxeram à tona reflexões a respeito do refúgio, das representações, da constituição das identidades e do papel da comunicação nessa conjuntura. Quando se reflete sobre a formação da identidade dos sujeitos, como dito anteriormente, há de se levar em consideração a força que a cultura e que a instância comunicativa têm nesse processo. Ignorar os papéis que a cultura e a comunicação assumem no bojo da elaboração identitária dos sujeitos é negar o próprio aspecto formativo das identidades (HALL, 2003; ESCOSTEGUY, 2010). Deste modo, baseando-se no pressuposto de que a comunicação e suas representações possuem relevante responsabilidade na formação de quem os sujeitos entendem que são, é válido, por consequência, identificar as vias em que as narrativas da mídia podem seguir para – em vez de sentenças – constituírem-se como espaço de uma pluralidade de vozes, sentidos e possibilidades.

Antes mesmo de serem construídas, as narrativas passam, primeiramente, pelo

momento de apuração do fato a ser narrado e do sujeito a ser posto em destaque. Por essa razão, é necessário, antes de qualquer coisa, o diálogo com quem se pretende conhecer aprofundadamente. De acordo com Medina (2008, p. 8), “a entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode servir também à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”. Nesse sentido, a entrevista, ao invés de guiar-se por um roteiro de perguntas – e, até mesmo, respostas – prontas, pode guiar-se para um diálogo em direção ao outro, em que seja possível ouvi-lo verdadeiramente.

Garret (1981 apud MEDINA, 2008, p. 10) afirma que entrevistar é, essencialmente, “a arte de ouvir perguntar e conversar”. Assim, é necessário que seja desmitificada a ideia de uma conversação objetiva, encaminhada ou direcionada. Tal como ocorre nos diálogos cotidianos, a entrevista deve pautar-se pela liberdade e naturalidade do falar e do ouvir, à medida que a conversa delinea-se.

Eis algumas possibilidades de enriquecimento informativo na entrevista aberta, sem a camisa-de-força do questionário fechado: o centro do diálogo desloca-se para o entrevistado; ocorre a liberação e desbloqueamento na situação inter-humana e esta relação tem condições de fluir; atinge-se a auto-elucidação (MEDINA, 2008, p. 11).

Medina (2008), ao discorrer sobre possíveis classificações da entrevista, agrupa-a em duas tendências: a da espetacularização e a da compreensão (aprofundamento). A primeira subdivide-se em quatro subgêneros: perfil pitoresco, que faz uma caricatura do perfil humano, salientando o sensacionalismo, o grotesco e a fofoca; perfil inusitado, que objetiva extrair do entrevistado, mesmo que à força, uma característica excêntrica; perfil da condenação, utilizado frequentemente no jornalismo policial, em que a entrevista conduz-se à condenação e ao julgamento do entrevistado; e perfil da ironia intelectualizada, que, embora seja mais sutil que o perfil da condenação, também extrai do sujeito uma forma de condenação, por meio de ironias e de contestações ao que foi dito.

A segunda tendência, a da compreensão, subdivide-se, por sua vez, em cinco subgêneros, a saber: entrevista conceitual, que busca, sobretudo, a explicação de conceitos e, por consequência, busca entrevistados que detenham esse conhecimento; entrevista/enquete, em que o tema da discussão é a questão mais importante e, por isso, são procuradas mais de uma fonte para falarem sobre o assunto; entrevista investigativa, que busca investigar informações que não são facilmente acessíveis aos jornalistas, abordando geralmente temas de repercussão pública; confrontação-polemização, em que o jornalista se torna porta-voz de

dúvidas do senso comum; e perfil humanizado, que tem a finalidade de “traçar um perfil humano” alheio à espetacularização e ao sensacionalismo (MEDINA, 2008).

Dadas as definições de Medina (2008), quanto aos tipos de entrevistas possíveis, entende-se que o perfil humanizado é o diálogo ideal quando intenta-se traçar uma narrativa que abarque o sujeito em sua totalidade. Nas palavras da autora, o perfil humanizado “é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida” (MEDINA, 2008, p. 18). Ainda de acordo com Medina (2008, p. 18),

a entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas. Por uma distorção do poder nas sociedades, muitas vezes se atribui esse crédito apenas a fontes oficiais, vale dizer, fontes do Poder, seja ele político, econômico, científico ou cultural. Enfatiza-se, com isso, a unitariedade da informação: só os poderosos falam através das entrevistas. Mas o que não se pode negar é que existe na entrevista a possibilidade de um diálogo democrático, *plurólogo*.

Dessa maneira, o sujeito a ser entrevistado não precisa ser, necessariamente, alguém com notoriedade na sociedade ou que detenha algum tipo de posição social privilegiada. Pelo contrário, quando se pensa em uma narrativa humana, que tem por objetivo o mergulho no outro, deve-se levar em consideração que todos os sujeitos, cada qual com sua particularidade, têm histórias a serem ouvidas e, posteriormente, contadas. Ou seja, após terem a possibilidade de serem ouvidos atentamente, num diálogo aberto e humano, todos, podem ser colocados em destaque nas narrativas.

Esse destaque, como afirmam Sodré e Ferrari (1986), pode ser muito bem abarcado pelo perfil, gênero jornalístico. Conforme os autores, existem diversas maneiras de se construir uma narrativa e contar uma história, mas nenhuma dessas formas pode dispensar a existência de sujeitos. Entretanto, apesar das histórias sempre contarem com a presença desses indivíduos, há diversas formas de caracterizá-las. O perfil, nessa conjuntura, é o tipo de narrativa “em que a ação se interrompe para dar lugar à descrição (interior ou exterior) de um personagem” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 125).

De acordo com Lima (2019), o perfil é um

gênero de origem incerta, desenvolvido, aperfeiçoado e disseminado para todo o jornalismo a partir da década de 1920 na revista *The New Yorker*, nos Estados Unidos. Busca traçar um retrato detalhado de personagens famosos ou anônimos, individualizando a compreensão mais ampla possível do ser

humano em destaque em cada matéria. Nos melhores casos, intuitiva ou conscientemente, os bons autores de perfis fazem uma leitura dos personagens que revelam características psicológicas e comportamentais importantes, além dos aspectos mais concretos do que fazem e como vivem. Expõem, assim, a complexidade real típica de uma vida humana, rompendo os estereótipos limitantes que normalmente camuflam as pessoas nos veículos de comunicação de massa. Teve um salto de qualidade histórico com Frank Sinatra Está Resfriado, de Gay Talese, publicado originalmente em abril de 1966 na revista *Esquire*, reproduzido em seu livro *Fama & Anonimato*.

Maia (2013, p. 177), ao conceituar o perfil, discorre que esse gênero coloca-se como a “possibilidade de composição do sujeito pela escrita de sua trajetória no espaço e no tempo”. Conforme a autora, a escrita de um perfil caracteriza-se pela captura de diversos ângulos da vida de uma pessoa. Captura essa que parte do olhar seletivo do jornalista ao apreender as subjetividades e particularidades de quem está entrevistando.

Para Sodré e Ferrari (1986, p. 125), o perfil é um tipo de narrativa que “gira em torno de um único personagem e faz o retrato detalhado do seu modo de vida, costumes sentimentos”. Além disso, os autores reforçam que esse gênero jornalístico dá enfoque à pessoa, como protagonista de sua própria vida. É no perfil que “há fôlegos de renovação” em contraponto às narrativas que mascaram e objetificam a realidade e os sujeitos (MEDINA, 2008, p. 42). Quando o perfil humanizado é utilizado como premissa das produções textuais jornalísticas, é sinal que a entrevista ultrapassou os limites do raso, do superficial, “o depoimento desceu ao subsolo do entrevistado, revelaram-se comportamentos, valores” (MEDINA, 2008, p. 51).

Ao se trabalhar a noção de perfil como a composição textual de um sujeito, tem-se como perspectiva que ao jornalista é oferecida, assim como ao fotógrafo, a possibilidade de servir-se do material disponível que mais atenda ao formato escolhido. Não há regras a serem seguidas: cabe ao jornalista saber transportar, para o texto, enquadramentos que, paradoxalmente, transbordem sutilezas, delicadezas e somenos das histórias de vida, indispensáveis para a construção da história passada, da inquietação presente e da perspectiva futura (MAIA, 2013, p. 187).

Quando se escreve um perfil, além do sujeito em destaque, é necessário compreender que a maneira como os fatos são relatados precisa ser escolhida de modo elaborado e consciente. Medina (2008) salienta que a produção de um perfil possibilita uma vasta gama de opções de estilo de narrativas e, portanto, depende do repertório do jornalista. Diante das inúmeras possibilidades de construção de um perfil, há de se levar em consideração seu ponto chave: a fluência-eficiência, que ocorre quando “o ritmo de leitura se

funde com o ritmo da representação simbólica de um diálogo profundo” (MEDINA, 2008, p. 62). Desde modo, dada a fluência da escrita, aliada à profundidade dos diálogos e relatos, faz-se necessário que o perfil esteja inserido num suporte que comporte suas aspirações. Pois, como bem coloca Maia (2013, p. 176), “a singularização do indivíduo demanda um espaço que requer uma relativa liberdade para quem escreve sobre o outro”.

Nessa conjuntura, o livro-reportagem coloca-se como um aperiódico capaz de aliar-se às pretensões das narrativas aprofundadas e da fruição textual dos perfis jornalísticos. De acordo com Lima (2009, p. 107), “como parte em busca do aprofundamento, o livro-reportagem quase sempre despreza a espetacularização nas entrevistas, realizando-as na maioria dos casos com o propósito de compreensão”. Ainda conforme o autor, o livro-reportagem, como veículo de comunicação, desempenha o papel de prestar informações e narrar fatos de modo ampliado. Apesar de ser, atualmente, um veículo consolidado, não há um consenso sobre o período exato em que os primeiros livros-reportagem foram produzidos. Entretanto, segundo Belo (2006, p. 19), “é possível estabelecer um ponto de partida aproximado: a reportagem em livro começou a ganhar força como um subgênero da literatura na Europa do século XIX”.

A essa época, o jornalismo enquanto profissão regulamentada ainda não existia. Tanto que os jornais europeus da época mais publicavam artigos, ensaios e materiais relacionados à literatura, do que propriamente reportagens e notícias. Nessa conjuntura, jornalismo e literatura não se distinguiam de modo claro. Muito disso se deve ao fato de que o modo de se fazer jornalismo na Europa era distinto do modo norte-americano, que posteriormente foi adotado no Brasil.

Enquanto nos Estados Unidos os veículos são organizações eminentemente empresariais, na Europa o jornalismo nasceu da atividade político-partidária (veículos impressos) e da preocupação estatal com o emprego do rádio e da televisão no processo educacional. [...] Décadas de prática consolidaram entre os repórteres europeus o hábito de fazer de cada narrativa um desafio de inteligência e compreensão do mundo, a partir de um ou mais pontos de vista. Ao tratar assuntos considerados importantes com solenidade e, muitas vezes, espírito crítico, a mídia europeia deu um passo largo para a criação de um mercado produtor e consumidor de livros (BELO, 2006, pp. 20-21).

Do passo dado pela mídia europeia, aos poucos, a proposta de livro-reportagem, ainda embrionária, começou a disseminar-se em outros continentes. Nos Estados Unidos, em meados do século XX, reportagens mais consistentes – embora com toques ainda literários e até mesmo ficcionais – passaram a se difundir por entre os grandes jornais. Como informa

Belo (2006, p. 22), “na primeira metade do século, jornais e revistas destinavam áreas extensas de suas edições para contar o que lhes pareciam ser boas histórias. Uma parcela considerável delas foi parar nas páginas dos livros”.

Embora a disseminação da proposta do livro-reportagem estivesse em andamento, o chamado jornalismo da objetividade ainda era predominante. Iniciado, de acordo com Barros Filho (2008), ainda no último quarto do século XIX nos Estados Unidos, o conceito de objetividade jornalística já havia se consolidado. A essa época, por influências do Positivismo de Auguste Comte, predominava na sociedade o pensamento de que deveria haver uma distinção clara entre fatos e juízos de valores.

O rigor dessas normas pode ser constatado no depoimento de profissionais da imprensa da época, como Lincoln Steffens, do *New York Evening Post*, que em 1890 relatou: “os repórteres tinham de se informar sobre a notícia que ocorria fazendo-o como máquinas sem preconceitos, cor ou estilo. O humor ou qualquer traço de personalidade em nossos artigos era detectado, refutado e suprimido” (BARROS FILHO, 2008, p. 15)

Como seguimento a essa ideia, conforme Sousa (2006, p. 127), entre os anos vinte e trinta do século XX os jornalistas buscaram “estruturar um método capaz de compensar a falta de confiança nos fatos, que resultada das atividades de propaganda e de relações públicas: o método da objetividade”. Tal método consistia num

mecanismo de defesa contra críticas e contra a ultrapassagem dos prazos e assenta na utilização de aspas, na contrastação de fontes, no fornecimento de provas que corroboram afirmações e ainda na construção do relato noticioso com base na técnica da pirâmide invertida, que obriga o jornalista a hierarquizar os fatos de acordo com a sua importância e a selecionar para o *lead* as respostas a “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “onde?” e, eventualmente, “como?” e “porquê?” – sendo este o aspecto mais falível do método (SOUSA, 2006, p. 127).

A Segunda Guerra mundial, ocorrida entre os anos de 1939 e 1945, colaborou massivamente para consolidação do método da objetividade no jornalismo e da proposta do *lead*, também conhecido como pirâmide invertida. Nesse período, diversos periódicos enviavam correspondentes às guerras para que pudessem relatar as histórias vivenciadas durante os combates. Como destaca Belo (2006, p. 23), “muitos historiadores e estudiosos da mídia defendem a ideia de que o *lead* passou a ser utilizado durante a Segunda Guerra para facilitar o trabalho dos correspondentes”. Tal prática consistia em inserir no primeiro parágrafo dos textos as informações essenciais da notícia, como resposta às perguntas do *lead*.

Após a resposta de tais questionamentos, que se constituiriam como elemento chave da notícia, os demais parágrafos apenas detalhariam mais informações a respeito do fato narrado. “Como os detalhes menos interessantes ficavam obrigatoriamente no final do texto, era possível efetuar um corte rápido, se necessário, pelo ‘pé’, o fim da matéria” (BELO, 2006, p. 23).

De acordo com Belo (2006), os traumas causados pelo desfecho da guerra também contribuíram para o alargamento das portas para o jornalismo da objetividade e da imparcialidade:

o assunto era tabu, em especial nos Estados Unidos, onde havia um esforço generalizado para que o público fosse poupado dos detalhes do conflito. A preocupação não era exatamente com a sensibilidade dos cidadãos americanos, mas com o efeito que as informações poderiam provocar na opinião pública. [...] Com sua visão de jornalismo como negócio e para atingir um público mais amplo, a imprensa americana começou a adotar padrões de objetividade e de linguagem. [...] Essa visão empresarial acabou reforçando o padrão jornalístico baseado na pirâmide invertida, tão largamente difundido no Brasil (BELO, 2006, p. 24).

Na segunda metade do século XX, entretanto, o advento e a proclamação da objetividade na imprensa logo começaram a incomodar alguns profissionais da área. Muitos insatisfeitos alegavam que o *lead* e a pirâmide invertida constituíam-se numa “prisão narrativa” (PENA, 2011). Nesse contexto, iniciou-se o chamado *New Journalism*, “técnica que consistia em, simplesmente narrar os fatos com recursos mais próximos da literatura do que a linguagem apressada, telegráfica e enxuta [...] do jornalismo. Enfim, era uma espécie de ‘voto de protesto’ contra a ditadura do *lead* e da pirâmide invertida” (BELO, 2006, p. 24).

O *New Journalism* valia-se da qualidade e profundidade dos textos, em detrimento da objetividade “aterrorizante” adotada pela imprensa da época. O movimento teve em seu escopo de narradores, diversos expoentes célebres, como Truman Capote, Tom Wolfe, Norman Mailer e Gay Talese. Por se tratarem de narrativas que fugiam da objetividade e aproximavam-se cada vez mais das características da literatura, as reportagens produzidas pelos expoentes do *New Journalism*, ao invés de fazerem-se presentes nas páginas dos jornais, “ganham os livros” (BELO, 2006).

A transição de um meio para outro era quase uma consequência direta do profundo interesse que havia na sociedade pelas histórias humanas, contadas de forma saborosa e muitas vezes em séries de reportagens. Uma parte do público fazia questão de guardar aqueles retratos de época, e a ideia de transformá-los em livro acabou parecendo bastante natural (BELO, 2006, p.

25).

É por essa razão que são muito raras as discussões que abordam o livro-reportagem sem mencionar o *New Journalism*, inovação norte-americana, e vice-versa. Entretanto, vale ressaltar que o livro-reportagem não é um suporte do *New Journalism*. Porém, não se pode negar a relevância que as produções advindas dessa vertente do jornalismo contribuíram para o que o livro-reportagem é hoje. Por ser o oposto do jornalismo da objetividade, enxuto e, muitas das vezes, alheio aos sujeitos, o livro-reportagem é a alternativa escolhida por muitos dos que se aventuram na empreitada de produzir narrativas centradas nos sujeitos. Como explica Belo (2006, p. 42)

o livro pede um nível de detalhamento, profundidade e contextualização que outros veículos não conseguem oferecer. Até por sua extensão e pelo trabalho mais acurado de pesquisa, ele leva evidente vantagem em relação aos periódicos na hora de explorar as ramificações de um tema, as conexões entre fatos diferentes, os desdobramentos de cada história e as infinitas maneiras de contá-la. É uma forma de ter uma visão mais ampla e profunda sem a fragmentação que caracteriza a cobertura jornalística cotidiana.

Conforme Lima (2009, pp. 33-34), o livro-reportagem pode ser considerado como “fruto da inquietude do jornalista”, que sente a necessidade de narrar os fatos com profundidade e de “realizar um trabalho que lhe permita utilizar todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade”. Além disso, “por não ser tão imediatista quanto a cobertura midiática, o livro-reportagem normalmente abre espaço para abordagens diferentes, originais e criativas, menos urgentes e mais aprofundadas” (BELO, 2006, p. 42). É por essa razão que os perfis, assim como as biografias, temas históricos, memórias e relatos de grandes acontecimentos, “são os temas naturais desse tipo de publicação” (BELO, 2006, p. 42).

Nas palavras de Lima (2009), quando os perfis colocam-se como a temática metodológica central de um livro-reportagem, quer dizer que esse livro classifica-se como um livro-reportagem-perfil. Esse tipo de obra, conforme as descrições do teórico, visa “evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse” (LIMA, 2009, p. 51). Desta feita, entende-se, por consequência, que a obra “Fronteiras Desfeitas”, produzida nesta pesquisa, inclui-se nessa classificação de livro-reportagem-perfil, uma vez que o objetivo primeiro dos perfis presentes no livro foi o de evidenciar as particularidades dos refugiados sírios, antes anônimos e, posteriormente, singulares. Ainda tomando como base a definição de Lima (2009), acredita-se que “Fronteiras Desfeitas” classifica-se no segundo caso da conceituação proposta pelo autor, uma vez que

não retratou figuras públicas, olímpicas. O livro, na verdade, buscou retratar os sujeitos “por suas características e circunstâncias de vida” e que, por essa razão, representam “um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão” (LIMA, 2009, pp. 51-52).

No intento de aprofundar-se no outro, por meio da entrevista de compreensão e da escrita de uma narrativa – perfil – em que ele é o sujeito de sua própria história, o livro-reportagem constitui-se como o meio capaz de cristalizar diálogos, memórias e vivências singulares.

Em muitas ocasiões, surge o painel de multivozes e o repórter, o autor, é apenas um sutil maestro que costura os depoimentos, interliga visões de mundo com tal talento que parece natural tal arranjo, como se surgisse ali espontaneamente, perfeito. Nessas ocasiões, o jornalista-escritor atinge uma situação máxima de excelência no domínio da entrevista: a de tecedor invisível da realidade, que salta, vívida, das páginas para o coração, a mente e todo o aparato perceptivo do leitor (LIMA, 2009, p. 107).

### **3.2. Relato de desenvolvimento do trabalho**

Quando vemos o resultado de algo, raramente pensamos sobre o processo. Sobre a caminhada percorrida para que se alcançasse a chegada. Quando o “Fronteiras Desfeitas” era apenas uma ideia, muitos eram os desafios e etapas que precisavam ser vencidos para que o livro pudesse, finalmente, se concretizar. Antes de tudo, foi necessário que mergulhássemos não somente no contexto da temática escolhida para o trabalho – o refúgio – como também nos conceitos teóricos que embasam a pesquisa. Por essa razão, como primeira etapa da pesquisa, além da realização das disciplinas obrigatórias do Programa de Mestrado, foram realizados encontros presenciais para que fossem debatidas as discussões que são caras aos Estudos Culturais. Por se tratar de um campo interdisciplinar da comunicação, em tais reuniões, foram estudados e analisados os conceitos de Cultura, Comunicação, Identidade, Memória e Representação à luz das contribuições de antecedentes teóricos Raymond Williams (1969), Stuart Hall (2003), Jesus Martín-Barbero (1997), Michael Pollak (1989; 1992), dentre outros. À medida que o embasamento teórico e conceitual da pesquisa tornava-se mais claro, a pesquisa começava a dar seus primeiros passos. Durante essa fase inicial, foram produzidos os capítulos conceituais desse relatório.

Também foi prevista, inicialmente, a pesquisa bibliográfica e documental sobre o refúgio na cidade de Uberlândia para que fossem observadas as condições locais deste

fenômeno. No entanto, não foram encontrados materiais relevantes a respeito do refúgio – mais precisamente sobre os refugiados sírios – na cidade. Por isso, para a discussão a respeito do refúgio, foram utilizadas as contribuições da pesquisa “Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)” (LIMA, 2017), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tal obra traz o panorama brasileiro do refúgio, como também aborda e traz dados estatísticos deste fenômeno no estado de Minas Gerais. Também foram utilizadas as contribuições e dados presentes no “Diagnóstico sobre migração e refúgio em Minas Gerais”, produzido pela equipe técnica da Cooperativa de Trabalho Universidade Livre (UNILIVRECOOP) à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais. Ademais, também foram utilizados os dados oficiais sobre os refugiados fornecidos por órgãos como, por exemplo, o ACNUR, o CONARE e a Polícia Federal.

Como a proposta da pesquisa foi entender quais são os impasses e dilemas na construção da identidade por meio da memória dos refugiados de Uberlândia diante da representação que a mídia constrói sobre esses sujeitos, fez-se necessário compreender tal representação. Para isso, a pesquisa embasou-se nos resultados encontrados por Cardoso (2013) em sua tese de doutorado “Jornalismo para paz ou para guerra: o refugiado na cobertura jornalística brasileira”. Em suas análises, a pesquisadora chegou à conclusão de que os textos jornalísticos da mídia brasileira sobre os refugiados são, em sua maioria, carregados de estereótipos e pela indiferença.

Paralelamente à produção teórica e à revisão bibliográfica da pesquisa, iniciou-se também a definição e busca dos sujeitos que seriam entrevistados para a feitura do livro. Para isso, foram realizadas pesquisas de campo que tinham o objetivo de encontrar os refugiados residentes na cidade de Uberlândia. Inicialmente, a Prefeitura de Uberlândia foi contatada por e-mail para falar, em nome de um órgão público oficial, a respeito do número de refugiados existentes na cidade e também sobre os dados gerais sobre essas pessoas. No entanto, até o final da pesquisa, o órgão não respondeu ao nosso contato para fornecer as respostas da solicitação.

Como método alternativo, foram buscados e identificados, projetos não governamentais que prestam assistência aos refugiados residentes em Uberlândia. Foram contatados dois representantes de projetos diferentes: Thiago Paluma, um dos responsáveis do grupo do Escritório de Assessoria Jurídica Popular (ESAJUP) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que oferece apoio e assessoria jurídica gratuita a estrangeiros que estão em situação irregular ou de risco na cidade e que desejam regularizar

sua estadia no país; e Kelly Karoline Ferreira de Moraes, representante do Trabalho de Apoio e Assistência aos Refugiados Estrangeiros (TAARE), que tem o objetivo de realizar assistência a essas pessoas, principalmente com o ensino de língua portuguesa.

O contato com Thiago Paluma foi mantido – por e-mails – até dezembro de 2017, mas, antes mesmo de ser realizada alguma reunião entre a pesquisadora e o mesmo, em razão de viagens internacionais que faria, o representante da ESAJUP não entrou mais em contato desde então. Ao ser iniciada a primeira conversa com Kelly, representante do TAARE, também em 2017, as respostas vieram prontamente e a ajuda solicitada – de mais informações sobre os refugiados assistidos – foi aceita. Entretanto, por se tratar do período de final de ano (dezembro), as aulas de português com os refugiados, do ano de 2017, haviam sido encerradas e somente seriam iniciadas em 2018. A representante possuía um contato mais próximo com os alunos no período de aulas e, por isso, solicitou que fosse esperado o retorno das aulas para que fosse possível identificar quais seriam as pessoas mais indicadas para participarem da pesquisa.

As aulas de português para os refugiados, oferecidas pelo projeto TAARE, foram iniciadas em março de 2018. Deste modo, o contato com Kelly foi retomado nesse período. A representante do TAARE nos encaminhou às aulas de português fornecidas a haitianos, no bairro Tocantins, em Uberlândia. As aulas são realizadas pela manhã, na Igreja Assembleia de Deus, por uma professora voluntária chamada Cristina. Ao participar de uma das aulas – que tinha como participantes (10, no total) apenas mulheres – foi constatado que a comunicação com as refugiadas não seria possível, pois as haitianas têm como língua principal o crioulo haitiano e apenas poucas delas conseguiam falar francês. As mesmas estavam iniciando seu contato com o português e, portanto, ainda não conseguiam falar a língua. Tal fato tornaria difícil a feitura de entrevistas em profundidade, preconizadas na presente pesquisa, e por isso foi tomada a decisão de não continuar o acompanhamento com esse grupo de refugiadas. Além disso, conforme explicado pela professora Cristina, as haitianas normalmente são entendidas como refugiadas, mas a forma de imigração das mesmas não poderia caracterizá-las desse modo. A denominação correta para elas deve ser a de imigrantes e não de refugiadas, uma vez que a necessidade de imigração das mesmas ocorreu devido a questões econômicas e não em razão dos acontecimentos que englobam o conceito de refúgio (como guerras, perseguição religiosa ou política, dentre outras).

Diante da situação, a solução encontrada foi buscar refugiados inseridos realmente no quadro de refúgio e que conseguiriam falar, mesmo que com dificuldades, o português, para que as entrevistas em profundidade pudessem ser efetivadas. Para tanto, após pesquisas,

foi definido que as entrevistas seriam realizadas apenas com refugiados sírios<sup>5</sup>. Após essa definição, foi realizada uma nova solicitação de auxílio à Kelly que, ao entender melhor a necessidade da pesquisa, repassou o contato do refugiado sírio Khaled (nome fictício<sup>6</sup>). O primeiro contato com Khaled ocorreu no final de abril e a primeira conversa pessoalmente ocorreu em maio de 2018. Na ocasião, não havia roteiros de entrevista, pois o intuito era conhecer melhor o refugiado, de modo que ele pudesse entender o teor da pesquisa e, a partir disso, optar por participar da mesma ou não. Assim, foi realizada uma pré-entrevista (APÊNDICE A), momento em que Khaled pôde contar um pouco de sua história, de forma livre. A segunda entrevista (APÊNDICE A), dessa vez pré-estruturada, ocorreu na escola onde Khaled cursava aulas de português. Dessa visita à instituição de ensino, foram abertas as brechas para que o segundo entrevistado fosse encontrado.

Pela ajuda da professora Laura, que ministrava as aulas de português para Khaled e para outros alunos sírios, nos foi repassado o contato de Hassan (nome fictício), também refugiado sírio. A primeira entrevista com Hassan (APÊNDICE A) ocorreu em meados de outubro de 2018 e a segunda em novembro do mesmo ano. Também com ele foi realizado o mesmo procedimento que guiou as entrevistas com Khaled: a primeira conversa foi uma pré-entrevista, para que fosse possível compreender sua história e os caminhos percorridos até sua chegada ao Brasil. Posteriormente, em nosso segundo encontro, foi elaborado um breve roteiro que guiou as conversas a fim de que dúvidas pontuais fossem sanadas e para que alguns pontos relatados por Hassan fossem aprofundados (APÊNDICE A).

Como uma linha imaginária, que ligou o encontro de Hassan pela entrevista realizada com Khaled, a conversa com Hassan propiciou o encontro de Muntasir (nome fictício), o terceiro e último entrevistado. Foi Hassan quem forneceu o contato de Muntasir. A primeira e única entrevista (APÊNDICE A) com ele ocorreu em dezembro de 2018. A realização de apenas uma conversa com Muntasir ocorreu por dois motivos: o primeiro deve-se à incompatibilidade de horários para realização de mais encontros, pois, por estar em Uberlândia há poucos meses, Muntasir ainda estava adaptando-se à rotina de trabalho; o segundo deve-se ao fato de que os acontecimentos narrados na primeira entrevista conseguiram, por si só, constituírem-se como material suficiente para a feitura do perfil de Muntasir.

Vale ressaltar que, tendo em vista a manifestação do interesse de Khaled em

---

<sup>5</sup> Ver nota de rodapé nº 5.

<sup>6</sup> Durante nossas conversas, o entrevistado manifestou o desejo de que seu nome verdadeiro fosse mantido em sigilo para a proteção de sua identidade e em função de sua segurança.

preservar sua identidade, foi preciso que fossem utilizados nomes fictícios não somente para ele, mas também para todos os perfilados e pessoas citadas nas histórias. Pois, como, mesmo que em partes, suas histórias se interligam, a revelação dos nomes de Hassan e Muntasir poderia resultar no posterior descobrimento da identidade verdadeira de Khaled.

Após a feitura dos procedimentos anteriormente descritos, como entrevistas, pesquisa documental e bibliográfica e análise da representação dos refugiados na mídia, foi iniciado o processo de redação do livro-reportagem. É válido explicar o porquê da decisão de produzir os capítulos somente ao final de todas as entrevistas. Além da especificidade do perfil de sujeitos aptos a participarem da pesquisa, que causou atraso no processo de busca, seleção e concessão de entrevistas, houve também a restrição linguística e a incompatibilidade de horários. Além disso, até dezembro de 2018, tive dificuldades para conciliar o exercício profissional, que dispndia cerca de onze horas diárias, com as demandas da pesquisa e os encontros com os entrevistados. Por essa razão, decidimos que o melhor seria concluir todas as entrevistas, pois, ao final dessa etapa, caberia apenas à mim o restante da produção do trabalho e, desse modo, seria possível finalizá-lo com mais agilidade.

Os capítulos do livro foram produzidos da seguinte forma: produção do perfil de Khaled, correção e finalização; produção do perfil de Hassan, correção e finalização; e produção do perfil de Muntasir, correção e finalização. Posteriormente, foram escritas as Considerações Finais e, por fim, a Introdução do livro. Para a feitura de todos os perfis e demais capítulos foram utilizadas as técnicas previstas para produção de perfis jornalísticos, bem como levadas em consideração as reflexões dos Estudos Culturais acerca do protagonismo dos sujeitos em suas histórias.

O título do livro “Fronteiras desfeitas: memórias de refugiados na experiência vivida em Uberlândia” foi definido após inúmeras reflexões a respeito da identidade dos sujeitos refugiados entrevistados em contraponto com as representações genéricas acerca do refúgio. O intuito do título foi, primeiramente, fazer uma alusão às fronteiras físicas ultrapassadas – e, metaforicamente, desfeitas – pelos refugiados, quando, em busca de um novo lar, saíram de seus países de origem e rumaram ao Brasil. Em segundo lugar, “Fronteiras Desfeitas” refere-se também ao fato de que, ao serem desveladas, as particularidades e singularidades do “ser refugiado” desfazem as fronteiras que muitas vezes são construídas nas representações objetificantes do refugiado. Desfazer as fronteiras não é somente cruzar territórios físicos, mas também é ultrapassar o genérico e enxergar o “outro” como um ser singular.

Em seu caráter estrutural, o livro “Fronteiras Desfeitas” é composto por cinco

capítulos. O primeiro deles, intitulado como “Refugiados: quem são?”, traz uma breve introdução com informações sobre o refúgio no mundo, no Brasil e sua relação com a comunicação. Os três capítulos seguintes trazem, cada um, o perfil dos refugiados entrevistados: o capítulo dois, “O viajante”, retrata a história de Khaled; o capítulo três, “O sonhador”, relata as memórias de Hassan; o capítulo quatro, “O forasteiro”, narra as vivências de Muntasir. Por fim, no quinto capítulo, “Sentenças Desfeitas”, estão expostas as considerações finais, momento em que são articuladas as reflexões obtidas depois da finalização dos perfis.

Após a conclusão dessas etapas, passou-se para a parte prática: a produção das fotografias do livro e a diagramação. As fotos que ilustram o livro não foram realizadas no momento das entrevistas, pois ainda não havia sido definido de que modo as fotografias seriam feitas. Dada a especificidade dos entrevistados, principalmente de Khaled, que precisaram ter suas identidades mantidas em sigilo, foi necessário refletir melhor o modo como as fotografias seriam produzidas. Como alternativa à produção das fotografias, tínhamos como opção o uso de ilustrações, mas, por fim, optou-se pelo uso das fotos, por se tratar de uma reprodução mais fiel à realidade dos sujeitos entrevistados.

Em respeito ao pedido de Khaled, em seu perfil, utilizou-se somente fotografias que não caracterizam sua fisionomia como um todo. Também foram trabalhadas fotos dos espaços em que foram construídas as memórias do tempo vivido em Uberlândia. Quanto às fotografias presentes no perfil de Hassan e Muntasir, também foi tomado cuidado para que suas fisionomias não fossem caracterizadas, mas sem o rigor utilizado para a produção das fotografias de Khaled. Também nos perfis de Hassan e Muntasir foram trabalhadas fotos dos espaços que fazem – ou representam – parte da história que construíram em Uberlândia

Feitas as fotografias, iniciou-se a diagramação do livro, que foi realizada por mim, uma vez que possuo habilidades nas áreas de Editoração e Design Gráfico. Sendo assim, após corrigidos os perfis e selecionadas as imagens que comporiam a obra, foi pensado o projeto gráfico do livro. Tal projeto buscou sintetizar, esteticamente, os diversos significados do refúgio. Por se tratar de uma temática de teor social mais sério, os elementos gráficos utilizados seguiram a mesma proposta e, portanto, também são sóbrios. Nesse sentido, as fotografias utilizadas expressam o teor das memórias narradas tanto de modo explícito, ao exporem parte das fisionomias dos entrevistados, quanto de modo conceitual e reflexivo, ao fazerem alusão aos percalços vividos pelos refugiados. Além disso, buscou-se inserir – mesmo que de modo bastante sutil – os elementos artísticos da cultura árabe por meio do uso de alguns ícones e formas geométricas, espalhados nas páginas do livro.

Após a finalização da diagramação do livro, optou-se por não realizar a impressão da obra num molde completamente acabado, tal como é realizado com a maioria dos livros. A decisão fundamenta-se no fato de que o livro passará, ainda, pela aprovação da banca examinadora. Por esse motivo, seria um equívoco imprimi-lo como se fosse um produto totalmente finalizado antes das considerações da banca. Pois, supõe-se que a mesma fará apontamentos e sugestões que demandarão a posterior revisão e correção de determinadas partes da obra. Deste modo, foi feita a impressão de cinco cópias simples do livro, encadernadas em espiral em uma gráfica rápida e distribuídas aos membros da banca. Posteriormente à defesa também será inserida no livro a ficha catalográfica. Assim, por considerar-se que o livro não está completamente concluído, sua impressão no formato final será feita apenas quando as etapas citadas acima forem concluídas.

### **3.3. Exequibilidade e aplicabilidade do produto**

A pesquisa iniciou-se em março de 2017 e findou-se em maio de 2019. Sendo assim, foram necessários dois anos e dois meses para sua conclusão. Durante o primeiro ano, foram cursadas as disciplinas obrigatórias do mestrado e realizadas as discussões conceituais a respeito dos Estudos Culturais. Também nesse ano, foi definido o recorte da pesquisa e, posteriormente, definido qual produto seria realizado. De posse e compreensão dos conceitos teóricos, que embasam a pesquisa, e da conjuntura do refúgio relacionada à comunicação, partiu-se para o início da produção do livro-reportagem. Por esse motivo, do segundo ano em diante do desenvolvimento da pesquisa, os esforços foram concentrados na identificação dos sujeitos que seriam entrevistados, na realização das entrevistas, na escrita dos perfis, na produção das fotografias e, posterior, diagramação e finalização do livro. Concomitantemente a esse período, também foram estudados conceitos teóricos relacionados ao desenvolvimento do livro, tais como: livro-reportagem, técnicas de reportagem e produção de perfis.

Para além dos recursos imateriais necessários à realização da pesquisa e do livro, também foram necessários recursos materiais e humanos. Os recursos materiais referem-se aos meios físicos e concretos utilizados para um determinado objetivo, ou seja, são os bens tangíveis. Já os recursos humanos são as pessoas que realizam um conjunto de serviços a fim de executar o que foi proposto. Assim, na Tabela 1 e na Tabela 2 estão elencados os valores pecuniários destes recursos. É válido ressaltar que os custos totais dos recursos constantes nas tabelas foram arcados pela pesquisadora. Pois, na produção textual do relatório e da obra, foram utilizados recursos próprios. Já no que se refere à produção das fotografias que

compõem o livro, produzidas também pela pesquisadora, foi utilizado equipamento fotográfico público, pertencente ao curso de Jornalismo da Faculdade de Educação, da UFU. A produção do projeto gráfico e posterior diagramação do livro foram etapas também realizadas por meio de recursos próprios. Os softwares utilizados para o tratamento das imagens e ícones foram Adobe Photoshop e Adobe Illustrator. O software usado para a diagramação, por sua vez, foi o Adobe InDesign. Ademais, foram utilizados os softwares do Pacote Office Professional como recursos para a feitura deste relatório e para a redação dos capítulos do livro-reportagem.

Tabela 1 – Orçamento da pesquisa: recursos materiais

<b>RECURSOS MATERIAIS</b>			
<b>RECURSO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR MENSAL/UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>Notebook Positivo Premium Select 7150 – 14 polegadas, Intel Core i3, 4GB RAM, HD 500 GB</b>	<b>1 unidade</b>	<b>R\$ 2.000,00</b>	<b>R\$ 2.000,00</b>
<b>Internet Banda Larga 4MB e Telefone (700min) CTBC</b>	<b>24 meses</b>	<b>R\$ 57,52</b>	<b>R\$ 1.380,48</b>
<b>Smartphone LG L90 Dual</b>	<b>1 unidade</b>	<b>R\$ 739,90</b>	<b>R\$ 739,90</b>
<b>Câmera Digital Nikon DSLR D90 12.3MP (com Lente Nikon 18-105mm)</b>	<b>1 unidade</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>	<b>R\$ 5.000,00</b>
<b>Cartão de memória SD Kingston 64 GB</b>	<b>1 unidade</b>	<b>R\$ 46,39</b>	<b>R\$ 46,39</b>
<b>Impressora HP Laser Jet P1102w</b>	<b>1 unidade</b>	<b>R\$ 599,00</b>	<b>R\$ 599,00</b>
<b>Recarga de Toner Impressora HP Laser Jet P1102w</b>	<b>5 recargas</b>	<b>R\$70,00</b>	<b>R\$350,00</b>
<b>Microsoft Office Professional 2016 (32/64 bits)</b>	<b>1 unidade</b>	<b>R\$ 1.199,00</b>	<b>R\$ 1.199,00</b>
<b>Assinatura Pacote</b>	<b>24 meses</b>	<b>R\$ 86,00</b>	<b>R\$ 2.064,00</b>

<b>RECURSOS MATERIAIS</b>			
<b>RECURSO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR MENSAL/UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>Adobe</b>			
<b>Papel Chamex Alcalino A4 – 500 folhas</b>	<b>2 unidades</b>	<b>R\$ 21,90</b>	<b>R\$ 43,80</b>
<b>TOTAL:</b>			<b>R\$ 13.422,57</b>

Fonte: elaborada pela autora

Tabela 2 – Orçamento da pesquisa: recursos humanos

<b>RECURSOS HUMANOS</b>			
<b>RECURSO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>SALÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>Jornalista</b>	<b>24 meses</b>	<b>R\$ 1.987,00</b>	<b>R\$ 47.688,00</b>
<b>Designer Gráfico</b>	<b>24 meses</b>	<b>R\$ 1.737,00</b>	<b>R\$ 41.688,00</b>
<b>Fotógrafo</b>	<b>24 meses</b>	<b>R\$1.800,00</b>	<b>R\$ 43.200,00</b>
<b>TOTAL:</b>			<b>R\$ 132.576,00</b>

Fonte: elaborada pela autora

Quanto à impressão do livro, conforme foi dito anteriormente, optou-se por não produzi-lo em seu formato impresso final (com acabamentos como lombada, papéis diferenciados, páginas coladas, dentre outras características comuns aos livros impressos). Além de considerar-se que a banca proporá alterações e melhorias no trabalho – e por isso, serão necessárias revisões no livro –, tal escolha também se deu pelo fato de que o custo para a produção da obra em seu formato padrão seria muito alto em detrimento da quantidade de cópias (cinco) que seriam impressas. Vale destacar também que poucas gráficas aceitariam produzir essa reduzida quantidade de livros em seu formato convencional. Desta feita e dados os motivos explicitados, decidiu-se por imprimir as cópias obra numa gráfica rápida e encaderná-las em espiral. O custo para a confecção dessas cópias do livro foi de R\$250.

No que diz respeito à impressão do livro, em seu formato final, pretende-se dispor da ajuda de financiamentos coletivos, como o Catarse<sup>7</sup>, pois os custos para tal feito são elevados. Entende-se que, por se tratar de uma pesquisa acadêmica que é voltada para uma realidade esquecida pela mídia, a cobrança pelo livro-reportagem poderia restringir ainda mais a visibilidade dos sujeitos ali retratados. Por isso, após impressos, os livros serão distribuídos de forma gratuita, em locais previamente escolhidos, tais como escolas,

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.catarse.me>.

universidades, bibliotecas ambulantes, dentre outros. Infere-se que o público-alvo da pesquisa é a sociedade em geral, pois os Estudos Culturais – aporte teórico do estudo – pressupõem a necessidade de fazer com que, cada vez mais, os sujeitos refugiados, juntamente com suas singularidades, sejam vistos não a partir não de perspectivas objetificantes, mas de olhares plurais e diversificados. E, considerando-se que ainda são escassas as vozes que adotam a postura de narrar as vidas dos sujeitos com o cuidado de não transformá-los em objeto, é de extrema valia considerar que quaisquer ouvidos atentos a escutar essas histórias sejam entendidos como público-alvo do trabalho.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se chega ao final de uma jornada, além da sensação de dever cumprido, surgem também algumas reflexões e questionamentos que nos levam a rever toda a trajetória atravessada. Por que a situação dos refugiados despertou meu interesse? Bem, nunca consegui contentar-me com explicações lógicas, racionais demais. Por isso, assim que precisei definir um tema para a minha pesquisa, uma coisa já era certa pra mim: eu me aprofundaria numa questão predominantemente subjetiva, de interesse social e que me fizesse sair da minha zona de conforto.

Ao buscar por uma temática, a questão do refúgio surgiu para mim tal como quando vemos uma estrela cadente surgir despreziosamente no céu. Vi de relance, numa mídia social, um breve texto sobre refugiados que abordava o preconceito que muitas vezes temos com esses sujeitos, por não conhecê-los verdadeiramente, por não conhecermos suas subjetividades. Assim que terminei de ler um trecho da postagem, indaguei-me: “por que não os conhecemos? Como não saberíamos algo se, em razão dos recentes conflitos na Síria e da consequente crise dos refugiados, esse assunto tem sido amplamente divulgado pela mídia? Faltaria, ainda, à comunicação uma abordagem diferente que nos fizesse, de fato, conhecer os refugiados?”.

Diante desses dilemas, encontrei possibilidades e a temática do meu estudo. Ao definir que os refugiados seriam os sujeitos da minha pesquisa, surgiram novas indagações: como compreender o processo de refúgio, em que os sujeitos são obrigados a sair de seus países em busca de segurança para si e para seus familiares? O que acontece com as identidades desses sujeitos? Como eles reelaboram suas vidas, como assimilam uma cultura completamente diferente? Ao refletir sobre o campo da comunicação, instância em que os significados culturalmente estabelecidos são estruturados e reforçados, outras dúvidas se formaram: qual o papel e responsabilidade social dos meios de comunicação nesse processo? As representações midiáticas estabelecem qual tipo de relação com a formação identitária e cultural dos refugiados?

Enfim, os questionamentos foram vários. E foram eles que me impulsionaram a desenvolver esta pesquisa, juntamente com meu orientador. Após uma breve análise das representações que a mídia geralmente constrói sobre o refúgio, chegamos à constatação de que não conhecemos os refugiados pelo simples fato de que eles não são os protagonistas das narrativas. Na verdade, o que é central, nos produtos da mídia, é um protótipo de refugiado, um indivíduo padrão, desprovido de particularidades. Muitas das notícias a respeito desses

indivíduos os desenham como personagens atomizados, reduzidos ao simples conceito de refugiado. Falta a essas produções comunicativas, todavia, o entendimento de que o conceito não é maior que o real, não é maior que o vivido no cotidiano. O exercício de conhecer o outro, para depois levar sua história a público, deve ir além da mera necessidade de encontrar um “personagem” que apenas ocupe o papel de ilustrar um fenômeno social global. Pois, o que seriam os personagens senão meras construções utilizadas para expressar e revelar as vontades, anseios e suposições de seus autores? Unimo-nos aos precedentes teóricos dos Estudos Culturais quando postulam que devemos referenciar “os outros” sempre como sujeitos. Pois, ao contrário dos personagens que interpretam papéis, nós, os sujeitos, somos todos autores de nossas próprias trajetórias.

Assim, se o intento é falar sobre o refúgio, ou sobre qualquer outra temática social, o movimento a ser realizado deve ser, primeiramente, em direção aos sujeitos, àqueles que dão vida ao processo, àqueles que vivem, de fato, o fenômeno. Quando se realiza o inverso, corre-se o risco de supor que os conceitos e os fatos ditam as trajetórias de vida das pessoas de tal modo que, no final das contas, suas vivências e histórias são tidas como exatamente iguais. Entretanto, o desafio de conhecer os sujeitos, aqueles que estão por trás dos conceitos, mostra – e comprova – que, na realidade, as trajetórias por eles vividas, ainda que imersas sob um mesmo contexto social e histórico, são completamente diferentes. E a razão para isso é clara: os sujeitos são singulares.

Para conhecer os refugiados, então, não basta compreender o refúgio de modo generalista, é preciso trazer à tona suas particularidades. É necessário entendê-los como protagonistas de suas próprias vidas. Com o livro-reportagem “Fronteiras Desfeitas: memórias de refugiados na experiência vivida em Uberlândia” dedicamo-nos a esse exercício. Khaled, Hassan e Muntasir foram os sujeitos que deram vida, movimento e novos sentidos ao conceito de refugiado. A cada memória narrada e fato vivenciado, delineava-se, cada vez mais, a ideia de que as singularidades de cada um resignificavam o que é “ser refugiado”.

Para Khaled, ser refugiado foi, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma possibilidade de viver as mudanças que almejava para a sua vida. Guiado pelo sonho de não viver “mais do mesmo”, viajou ao Brasil e, aqui, desempenhou diferentes profissões e percorreu por diversas cidades e até encontrar o seu atual lar. Hassan, por sua vez, chegou ao país a convite de um amigo e aqui encontrou diversos desafios, como aprender a cozinhar e a viver sozinho. Ele, que na Síria vivenciou momentos conturbados em meio à guerra, hoje sonha em poder ajudar as crianças que lá moram, pois elas “já viram muitas coisas ruins”. Por fim, Muntasir, por ser “refugiado duas vezes”, demonstrou, de modo ainda mais claro, que a

vivência do refúgio é muitíssimo particular. Guiado pela promessa de “nós vamos cuidar de você”, chegou ao Brasil e, pouco a pouco, viu os planos que fez em Damasco desfazerem-se como um castelo de areia em meio a um vendaval.

À medida que esta pesquisa era construída e as histórias de Khaled, Hassan e Muntasir eram escritas, mais se reforçava, para nós, a ideia de que não há um refugiado padrão. As singularidades, histórias, memórias e vivências de cada um demonstraram diferentes maneiras de ser refugiado. E, mais que isso, também deixaram claro que o “ser refugiado” molda-se a cada novo percalço vivido, a cada nova experiência. As lembranças e fatos por eles narrados delinearam dilemas da própria questão de ser e identificar-se como refugiado. Em determinados momentos, o eram, em outros, não mais, em ocasiões seguintes, voltavam a ser refugiados.

Esses fatos não demonstram incoerências em suas histórias. Pois, ser alguém é estar em constante transformação. É viver continuamente em movimento, mudando, sonhando, se recriando. Assim, por nos mostrar que há variadas possibilidades de ser refugiado, o exercício de ir ao encontro Khaled, Hassan e Muntasir nos fez perceber que nosso trabalho apenas começou. Ainda há muitas histórias a serem ouvidas. Ainda há muitos outros modos de ser refugiado. Se desejamos, verdadeiramente, conhecê-los, façamos, então, o esforço de irmos ao seu encontro, com olhos e ouvidos atentos.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Agência da ONU para refugiados**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**: (volume 10). São Paulo: Paulus, 1997.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. São Paulo: Summus, 2008.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 9.277, de 05 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Brasília, DF, 2018.

CARDOSO, Anelise Zanoni. **Jornalismo para a paz ou para a guerra**: o refugiado na cobertura jornalística brasileira. 2013. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/105023>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

COIRO-MORAES, Ana Luiza. **A análise cultural**. In: GRUPO DE TRABALHO EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO DO 24º ENCONTRO DA COMPÓS, 24, 2015, Brasília. Brasília: Compós, 2015. pp. 1-14. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-4df33669-bb03-4c83-92ab-62fbc023bb30\\_2825.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-4df33669-bb03-4c83-92ab-62fbc023bb30_2825.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CUNHA, Raquel Cantarelli Vieira da. **Os conceitos de cultura e comunicação em Raymond Williams**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

G1. **Refugiados recebem ação beneficente em Uberlândia**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/videos/v/refugiados-recebem-acao-beneficente-em-uberlandia/5169128/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

G1. **Refugiados que moram em Uberlândia contam com ONG para aprender a língua portuguesa**. 2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo->

mineiro/mgtv-1edicao/videos/t/triangulo-mineiro/v/refugiados-que-moram-em-uberlandia-contam-com-ong-para-aprender-a-lingua-portuguesa/6821794/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci**. Nova Iorque: International Publishers, 1971.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso: revista de comunicação**, São Leopoldo, v. 31, n. 78, p. 235-243, set. 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07/6252>>. Acesso em: 05 nov. 2017. <https://doi.org/10.4013/ver.2017.31.78.07>

KARAM, Francisco José Castilhos; HAUSER, Vanessa. Retórica e dialética: o tributo do jornalismo aos greco-romanos. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, v. 1, n. 10, p.273-291, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/10/pdf/EC10-2011Dez-15.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009.

\_\_\_\_\_. **Verbetes elaborados por Edvaldo Pereira Lima**. Portal Edvaldo Pereira Lima, 2019. Disponível em: <<https://www.edvaldopereiralima.com.br/verbetes-elaborados-por-edvaldo-pereira-lima/?print=pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

LIMA, João Brígido Bezerra et al. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017. 234 p. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829\\_Refugio\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170829_Refugio_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

LOBO, Tiago. **Sobre o papel social do jornalismo**. 2013. Publicado por Observatório da Imprensa. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/\\_ed743\\_sobre\\_o\\_papel\\_social\\_do\\_jornalismo/](http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed743_sobre_o_papel_social_do_jornalismo/)>. Acesso em: 30 out. 2017.

MAIA, Marta Regina. Perfil: a composição textual do sujeito. In: TAVARES, Frederico de Mello B., SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARQUEZ, Isabel. Prefácio. In: LIMA, João Brígido Bezerra et al (Ed.). **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017. p. 9-11.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Identidade e representação: as marcas do fotojornalismo na tessitura da alteridade. In: VAZ, Paulo Bernardo (Org.). **Narrativas fotográficas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MICHAELIS. **Refugiado**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/refugiado/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PARANAÍBA, TV. **Dia mundial do refugiado**. 2018. Disponível em: <<http://www.tvparanaiba.com.br/videos/dia-mundial-do-refugiado>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PARANAÍBA, TV. **Refugiados da Venezuela em Uberlândia**. 2019. Disponível em: <<http://www.tvparanaiba.com.br/videos/refugiados-da-venezuela-em-uberlandia>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2011.

POLÍCIA FEDERAL. **Solicitação de refúgio**. 2019. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/refugio/refugio-termo-solicitacao>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUZA, Dimas Antônio de. **Diagnóstico sobre migração e refúgio em Minas Gerais**. Belo

Horizonte: UNILIVRECOOP, 2017. Disponível em:  
<[http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor\\_assets/attachments/4455/dgir\\_imprimir\\_29-03-2018\\_capacolorida.pdf](http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/4455/dgir_imprimir_29-03-2018_capacolorida.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2018

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo e a arte do saber (ser) sensível. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.276-281, jun. 2009. Semestral. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38235/41014>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005. 224 p.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. Nova Iorque: Free Press, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. pp.7-72.

**APÊNDICE A – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM  
KHALED, HASSAN E MUNTASIR**

Disponível em CD que acompanha este trabalho.